

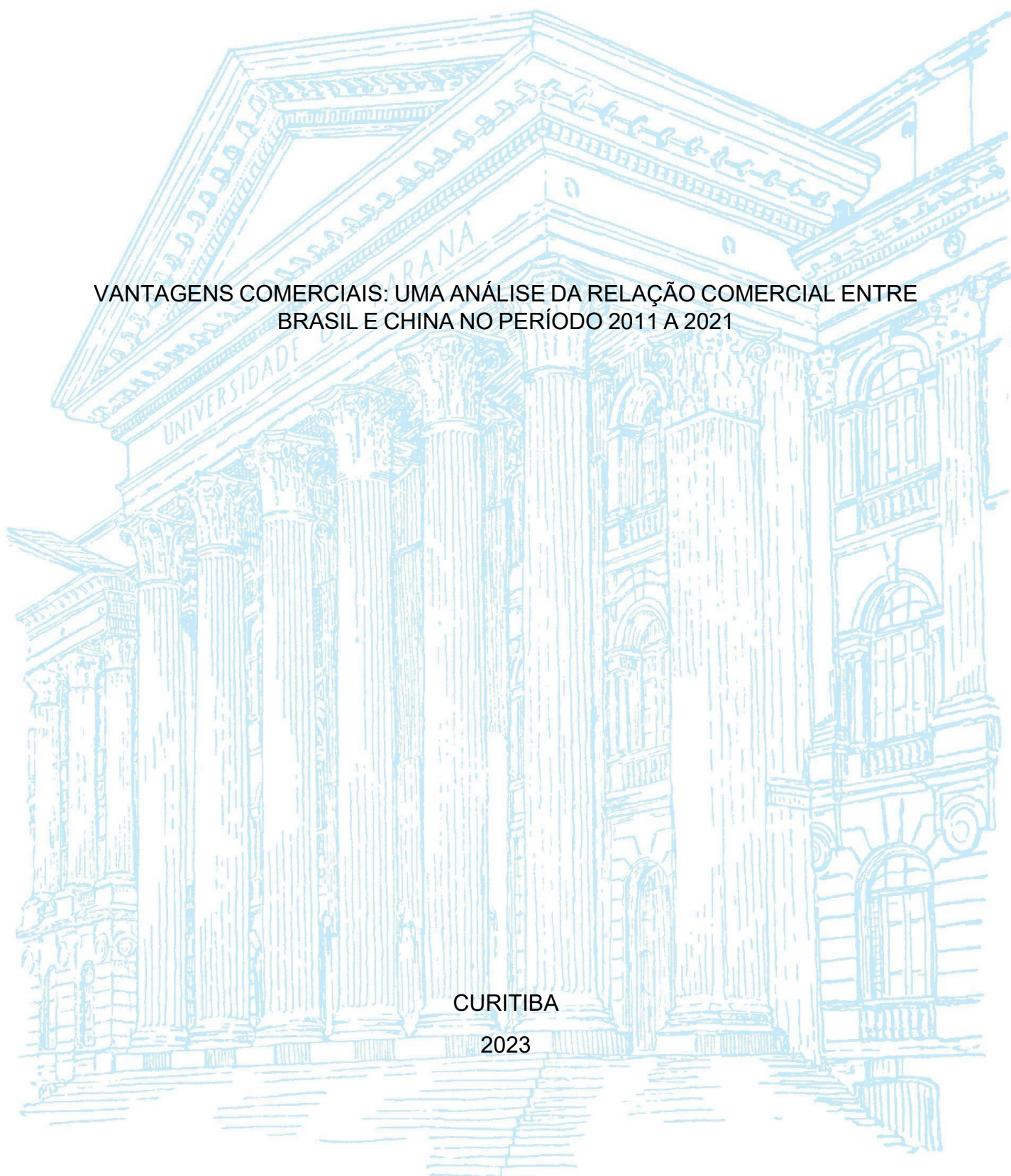
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GABRIEL LUCAS DA SILVA

VANTAGENS COMERCIAIS: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO COMERCIAL ENTRE
BRASIL E CHINA NO PERÍODO 2011 A 2021

CURITIBA

2023



GABRIEL LUCAS DA SILVA

VANTAGENS COMERCIAIS: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO COMERCIAL ENTRE
BRASIL E CHINA NO PERÍODO 2011 A 2021

Monografia apresentada como requisito parcial à
obtenção do título de bacharel, curso de Ciências
Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas,
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Larissa Naves de Deus
Dornelas

CURITIBA

2023

RESUMO

A teoria econômica do comércio internacional tem como um dos seus objetivos investigar os benefícios que nações diferentes podem obter quando decidem praticar trocas. Ao longo da história econômica, à medida que o capitalismo evoluiu, essas ideias foram exploradas, revisadas e debatidas, de modo que a teoria dominante aponta vantagens para os participantes do comércio internacional – pelo menos para um deles. Utilizando este arcabouço teórico junto às teorias críticas do comércio internacional, este trabalho busca investigar a relação comercial bilateral entre Brasil e China, cuja parceria comercial remete aos anos 1970, mas que muito se intensificou nos últimos anos. Para tanto, a análise se dará no período entre 2011 e 2021, uma década em que a China se consolidou como potência mundial, e o Brasil se manteve estagnado. A fim de verificar os reais benefícios e vantagens que o comércio pode trazer a essas duas nações, foram analisadas suas pautas comerciais, revelando que o Brasil apresenta superávit comercial com a China. Porém, as exportações chinesas foram diversificadas no período, contendo peças e equipamentos de alto valor agregado, enquanto quase metade das exportações brasileiras se concentraram em duas *commodities*. Dessa forma, os resultados apontam que comércio com a China, do ponto de vista brasileiro, se mostra benéfico por um lado, já que a parceria pode fortalecer certas indústrias e agregar mercado para ambos. Por outro, a especialização em *commodities* aparenta não ter muito engajamento com o resto da economia e pode agravar desequilíbrios macroeconômicos, já que a valorização desses bens, em face às manufaturas, é cíclica e sua população pode sofrer com o aumento de seus preços.

Palavras-chave: comércio internacional; relações bilaterais; pautas comerciais; indústrias; Brasil; China.

ABSTRACT

The economic theory of international trade has as one of its goals to investigate the benefits that different nations can obtain when they decide to trade. Throughout economic history, as capitalism has evolved, these ideas have been explored, revised and debated, in ways that the dominant theory point out to advantages for participants in international trade - at least for one of them. Using this theoretical framework with the critical theories of international trade, this paper seeks to investigate the bilateral trade relationship between Brazil and China, whose commercial partnership dates back to the 1970s, but which has greatly intensified in recent years. To this end, the analysis will take place in the period between 2011 and 2021, a decade in which China consolidated itself as a world power, and Brazil remained stagnant. In order to verify the real benefits and advantages that trade can bring to these two nations, their trade agendas were analyzed, revealing that Brazil presents a surplus with China. However, Chinese exports were diversified in the period, containing parts and equipment of high added value, while almost half of Brazilian exports were concentrated in two commodities. Thus, the results indicate that trade with China, from the Brazilian point of view, is beneficial on the one hand, since the partnership can strengthen certain industries and add market share for both. On the other hand, the specialization in commodities does not seem to have much engagement with the rest of the economy and can aggravate macroeconomic imbalances, since the appreciation of these goods, compared to manufactures ones, is cyclical and the population may suffer from their price increase.

Key words: international trade; bilateral relations; trade agenda; industries; Brazil; China

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – VARIAÇÃO ANUAL DO PIB A PREÇOS CONSTANTES: 2011 - 2021	32
GRÁFICO 2 – TAXA DE INVESTIMENTO EM RELAÇÃO AO PIB - 2011 A 2021 ..	34
GRÁFICO 3 - TAXA DE DESEMPREGO EM RELAÇÃO Á FORÇA TOTAL DE TRABALHO: 2011 - 2021	36
GRÁFICO 4 – TAXAS DE JUROS ANUAIS DETERMINADAS PELOS BANCOS CENTRAIS NO FINAL DO PERÍODO: 2011 A 2021.....	37
GRÁFICO 5 - INFLAÇÃO OFICIAL ACUMULADA NO ANO 2011 A 2022	39
GRÁFICO 6 - SALDO DO BALANÇO DE PAGAMENTOS BRASILEIRO EM US\$ BILHÕES (E) E SUA PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO PIB (D) - 2011 A 2021 .	40
GRÁFICO 7 - SALDO DO BALANÇO DE PAGAMENTOS CHINÊS EM US\$ BILHÕES (E) E SUA PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO PIB (D) - 2011 A 2021 .	41
GRÁFICO 8 – SALDO DA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA ANUAL EM US\$ MILHÕES: 2011 A 2021	42
GRÁFICO 9 – SALDO DA BALANÇA COMERCIAL CHINESA EM US\$ MILHÕES: 2011 - 2021	43
GRÁFICO 10 - TAXAS DE CÂMBIO DO RENMIINBI CHINÊS (CNY) E REAL BRASILEIRO EM TERMOS DE DÓLARES AMERICANOS (USD) - MÉDIA ANUAL 2011 - 2021	45
GRÁFICO 11 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA PAUTA EXPORTADORA CHINESA AO BRASIL: 2011 A 2020, POR SEÇÃO.....	53
GRÁFICO 12 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS 10 MAIORES ITENS DA PAUTA EXPORTADORA CHINESA AO BRASIL: 2011 A 2020, POR SUBCAPÍTULO.....	54
GRÁFICO 13 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA PAUTA EXPORTADORA BRASILEIRA Á CHINA: 2011 A 2020, POR SEÇÃO.	56
GRÁFICO 14 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS 10 MAIORES ITENS DA PAUTA EXPORTADORA BRASILEIRA A CHINA: 2011 A 2020, POR SUBCAPÍTULO.....	57
GRÁFICO 15 – SALDO COMERCIAL BRASILEIRO COM A CHINA EM FOB US\$ MILHÕES: 2011-2021	64

GRÁFICO 16 - ÍNDICE DE COMMODITIES BLOOMBERG, FINAL DO PERÍODO - 2011 E 2021	65
---	----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - PRODUTO INTERNO BRUTO ABSOLUTO ANUAL EM US\$ BILHÕES - 2011 - 2021	32
TABELA 2 – PARCEIROS COMERCIAIS DO BRASIL POR PARTICIPAÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS (%) ENTRE 2011 E 2020.	49
TABELA 3 - PARCEIROS COMERCIAIS DO BRASIL POR PARTICIPAÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS (%) ENTRE 2011 E 2020.	50

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. AS PRINCIPAIS TEORIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL: LIMITAÇÕES E CRÍTICAS	11
2.1. O COMÉRCIO NA PERSPECTIVA MERCANTILISTA E A TEORIA DE ADAM SMITH.....	11
2.2. O MODELO RICARDIANO E AS VANTAGENS COMPARATIVAS	13
2.3. O MODELO HECKSCHER-OHLIN (HO)	17
2.4. OUTROS MODELOS NEOCLÁSSICOS: SAMUELSON – JONES E KRUGMAN.....	19
2.4.1. O modelo de fatores específicos: comércio e renda no curto prazo	19
2.4.2. A nova teoria do comércio	20
2.5. LIMITAÇÕES DAS TEORIAS TRADICIONAIS E A VISÃO HETERODOXA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL	21
2.5.1. A análise de Prebisch	22
2.5.2. A análise de Kaldor.....	24
2.5.3. A análise institucionalista e considerações do capítulo	25
3. PANORAMA MACROECONÔMICO DE BRASIL E CHINA ENTRE 2011 E 2021	27
3.1. OS ANTECEDENTES DA RELAÇÃO COMERCIAL SINO-BRASILEIRA	28
3.2 DADOS MACROECONOMICOS BRASIL E CHINA: UM PANORAMA DE 2011 A 2021	31
3.3 CONCLUSÕES DA ANÁLISE MACROECONÔMICA	46
4. O COMÉRCIO INTERNACIONAL ENTRE BRASIL E CHINA	48
4.1 BRASIL E O RESTO DO MUNDO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL – ANÁLISE ENTRE 2011 E 2021 E O SISTEMA HARMONIZADO	48
4.2 ANÁLISE BILATERAL BRASIL E CHINA – IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	52
4.3 ANÁLISE BILATERAL BRASIL E CHINA – EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS ...	55

4.4 AS POSSÍVEIS VANTAGENS DA RELAÇÃO COMERCIAL SINO-BRASILEIRA.....	58
4.4.1 Fortalecimento da indústria brasileira, know-how, e oportunidades oriundas das sanções americanas à China por meio do modelo de indústria CKD e SKD.....	59
4.4.2 O problema da pauta primária de exportação, suas limitações para a economia e possíveis vantagens comerciais para os próximos anos	63
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS	70

1. INTRODUÇÃO

Há muito se discute no âmbito da teoria econômica os possíveis benefícios e impasses gerados pelas relações de trocas comerciais entre diferentes nações. Por um lado, há certa hegemonia por parte das teorias clássicas e neoclássicas do comércio internacional ao apontarem ganhos comerciais decorrentes do comércio. De outro lado, a perspectiva crítica a essa visão apresenta inúmeras dificuldades e problemas envolvidos na dinâmica das trocas entre diferentes economias.

Nas últimas duas décadas, a corrente de comércio mundial apresentou um significativo aumento, demonstrando o quanto os países ampliaram suas trocas internacionais. Em 2000, o valor total das exportações mundiais era U\$6,39 trilhões, em 2010 o número subiu para U\$14,7 trilhões e, em 2020, a soma das exportações mundiais alcança aproximadamente U\$16,7 trilhões (OEC, 2022). Desse total recente, grande parte do que foi vendido ao mundo teve origem na China, que representou o maior exportador e segunda maior economia do mundo. Em relação ao Brasil, a China se destaca como principal parceiro comercial, tanto pelo lado das exportações, quanto pelas importações.

A relação comercial entre o Brasil e a China não é recente e, teve sua consolidação nos anos 2000. Mesmo consolidada, já em meados do período, a parceria era considerada dificultosa, uma vez que se levantava pessimismo em relação aos negócios com a China, pois apesar dos grandes superávits comerciais adquiridos pelo Brasil, os produtos chineses começaram a ganhar mercados nacionais de setores importantes, ainda mantendo suas parcelas tradicionais (BARBOSA E MENDES, 2006).

Em linha, outra preocupação que surgiu nos anos 2000 foi a questão da possível reprimarização da pauta exportadora brasileira, que segundo Faveri, De Resende e Cário (2016), decorria da perda parcial da importância dos bens manufaturados em face à rica demanda chinesa por bens primários, o que foi um dos fatores que propiciou o grande ciclo de valorização das *commodities* nos anos 2000.

Dada a relevância comercial adquirida pelos países citados nas últimas décadas, somada ao debate inerente aos benefícios e/ou impasses dela decorrentes, este trabalho traz uma discussão atualizada sobre a parceria comercial entre o Brasil e a China, por meio da metodologia bibliográfica e estatística, com base em análises teóricas, históricas, e empíricas, utilizando dados macroeconômicos e do comércio, no período de 2011 a 2021.

Dessa forma, o objetivo geral do trabalho consiste em analisar a dinâmica comercial entre o Brasil e a China no período de 2011 a 2021. Como objetivos específicos, busca-se revisar as principais teorias do comércio internacional, apresentar o panorama geral macroeconômico do Brasil e da China no período em questão, além de analisar, a partir dos dados de comércio entre ambos os países, indicadores vantajosos decorrentes dessa relação.

Vale destacar que a relevância do estudo dá ao comércio internacional, que desempenha um importante papel na integração de mercados na economia globalizada, além de ser um dos focos principais da política econômica do Estado chinês. Além disso, essa temporalidade analítica permitirá verificar como alguns fenômenos econômicos da década de 2010 afetaram o grande fluxo comercial sino-brasileiro, como os efeitos remanescentes da crise imobiliária dos Estados Unidos – *subprime*, o fim do ciclo das *commodities*, o início das sanções e guerras tarifárias dos Estados Unidos contra a China, e o choque da pandemia do COVID-19.

Além disso, nos últimos anos, a tensão entre a China e os Estados Unidos vem crescendo com contínuas sanções e ações contra o país asiático, dificultando o acesso da China em novos mercados, como os de tecnologia, tanto americanos como o de aliados. O pessimismo e a expectativa de haver uma bipartição na economia internacional pode ser transmitida pelas falas do diretor e fundador da *Taiwan Semiconductor Manufacturing Company*, a TSMC, quando inaugurou uma fábrica nos Estados Unidos em 2022: “A globalização e o livre comércio estão quase mortos [...] Muitos ainda desejam que eles voltem, mas não acredito que voltarão” (FANG, 2022, tradução nossa). Como sugestão de estudo futuro, esse trabalho aponta possíveis entendimentos e novas perspectivas sobre o posicionamento do Brasil nesse cenário.

Sendo assim, este trabalho está dividido em mais três capítulos, além desta Introdução e das Considerações finais. O capítulo 2 apresenta uma revisão teórica

sobre as principais teorias econômicas do comércio internacional, quais as conclusões servirão de alicerce para a busca das possíveis vantagens e impasses do comércio sino-brasileiro. O capítulo 3 mostra as divergências e similaridades entre China e o Brasil ao longo de sua histórica parceria comercial, além de apresentar uma análise geral sobre as principais métricas macroeconômicas durante o período de 2011 e 2021. Por fim, o capítulo 4 dedica-se a analisar a dinâmica do comércio entre o Brasil e a China entre 2011 e 2021, a partir de dados gerais e desagregados acerca da exportação e importação entre eles, de modo a se discutir quais são os prováveis benefícios e impasses da relação sino-brasileira.

2. AS PRINCIPAIS TEORIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL: LIMITAÇÕES E CRÍTICAS

Para que se possa entender os padrões de comércio, este capítulo busca expor as principais teorias da economia internacional que tratam sobre o aspecto do comércio entre as nações e seus pressupostos fundamentais, assim como suas limitações e principais críticas.

A análise apresenta, cronologicamente, os pressupostos e fundamentos dos ideais mercantilistas, da crítica econômica clássica e dos modelos neoclássicos desenvolvidos, a partir desta.

Como contraponto, busca-se apresentar também a visão crítica heterodoxa, que encontra falhas nesses pressupostos, as quais são essenciais para o funcionamento desses principais modelos. Resumidamente, serão exploradas as vantagens que os países obtêm quando decidem comercializar, e se essa decisão é realmente benéfica a todos seus participantes.

2.1 O COMÉRCIO NA PERSPECTIVA MERCANTILISTA E A TEORIA DE ADAM SMITH

O comércio internacional, e suas vantagens, como é abordado na teoria econômica, muitas vezes tem seu ponto de partida com a teoria mercantilista, dominante nos séculos XVI a XVIII. Esses escritos, geralmente vindos de livros e panfletos de comerciantes, banqueiros e funcionários ingleses, abordavam tópicos práticos de comércio, navegações, tarifas e taxas de juros. A principal preocupação dos mercantilistas era de como uma nação pode ser rica, próspera e poderosa. A nação teria que adotar um forte protecionismo estatal, ter as decisões centralizadas e assim garantir seu interesse econômico (SCHMOLLER, 1896 *apud* MAGNUSSON, 2003).

Então, as nações deveriam buscar vantagem sobre o espólio das outras, com o Estado promovendo exportações e barrando importações. Com *superávits* comerciais haveria riqueza, via acumulação de metais preciosos, e então, o bem estar da nação. Porém, nessa lógica de soma zero, espera-se que o resto do mundo perca para que essa nação seja superavitária (SILVA; LOURENÇO, 2017).

Grande parte da obra de Adam Smith surge como uma crítica ao pensamento mercantilista: havia uma confusão entre riqueza e dinheiro (MAGNUSSON, 2003). Smith explica que o comércio pode ser vantajoso para os participantes sem que seja necessário resultar um *déficit* comercial para alguma das nações.

Um dos motivos que leva os países a comercializar na abordagem de Smith, segundo Krugman, Obstfeld e Melitz (2015), é porque os países são diferentes. Sabendo que essas diferenças implicam em diferentes produtividades do trabalho, e aplicando a lógica smithiana da divisão do trabalho no comércio internacional, havendo especialização absoluta em atividades que requerem menos esforço-tempo em cada país, o resultado seria um aumento do produto global. Eis um exemplo dessa lógica: no Brasil, suponhamos, um trabalhador representativo leva 2 horas para produzir 1 engradado de vinho, enquanto o mesmo trabalhador levaria 10 horas para produzir 1 metro de tecido. Enquanto isso, na China, um trabalhador leva apenas 2 horas para produzir 1 metro de tecido, mas o enólogo chinês só consegue produzir um engradado de vinho com 10 horas de trabalho. Chamamos esse tempo que um trabalhador hipotético despende na produção das *commodities* de requisitos de mão de obra unitária.

No exemplo dado, a China é muito mais produtiva quando se trata de tecidos, e o Brasil, em vinho. Caso estes países, dada essa diferença na produtividade, escolhessem consumir ambos os bens em autarquia, com uma semana de trabalho (60 trabalho/horas), dividindo seus recursos igualmente entre os setores, China produziria 15 metros de tecido e 3 engradados de vinho. Como a produtividade do Brasil é o oposto do caso chinês, seriam feitos 3 metros de tecido e 15 engradados de vinho.

Porém, Brasil e China podem comercializar entre si. Smith (2007) argumenta que o país, livre de interferência, tende a se especializar na atividade em que se tem vantagem – ou seja, no bem em que se é mais produtivo – e trocar esses bens por meio do comércio.

Se as vantagens que um país leva sobre outro são naturais ou adquiridas, isso não interessa. Enquanto um dos países tiver estas vantagens, e outro as deseja, sempre será mais vantajoso para este último comprar do que fabricar ele mesmo¹ (SMITH, 2007, p. 351-352, tradução nossa).

Se fosse dedicada toda a semana de trabalho nas indústrias em que se há vantagens, a China produziria 30 metros de tecido, enquanto o Brasil produziria 30 engradados de vinho. A especialização permite um aumento de 66% na quantidade de bens que cada país pode consumir e o excedente, trocar. Sem comércio, o produto total das economias são 36 “unidades de bem” (15 engradados de vinho brasileiro, 15 metros de tecido chinês, 3 metros de tecido brasileiro e 3 engradados de vinho chinês). Se usada a mesma proporção de bens no comércio, haveria um total de 60 “unidades de bem”. Conclui-se que ambas as nações podem ter ganhos de comércio, levando em consideração que há maior quantidade de bens quando otimizado seu fator trabalho, elevando a escala de produção.

Tem-se então, os primeiros *insights* importantes para o estudo das teorias do comércio: a busca pela vantagem produtiva, as diferenças entre as economias, o fator de produção trabalho como elemento chave, e os ganhos de comércio. Outro clássico, David Ricardo, chegou a conclusões semelhantes a Smith na questão do comércio internacional, porém com uma lógica um pouco diferente da divisão do trabalho. Tal pensamento derivou o famoso modelo ricardiano de comércio internacional, exposto a seguir.

2.2 O MODELO RICARDIANO E AS VANTAGENS COMPARATIVAS

David Ricardo elaborou o que conhecemos como a teoria das vantagens comparativas em sua obra *Princípios de Economia Política e Tributação*, escrita em 1817. Sua principal conclusão foi que um país não precisa ter uma vantagem absoluta para se beneficiar do livre comércio, mas sim uma vantagem comparativa (SWART, 2007).

¹ Texto original: *Wheter the advantages wich one country has over another be natural or acquired is in this respect of no consequence. As long as the one country has thoses advantages, and the other wants them, it will always be more advantageous for the latter rather to buy of the former than to make.*

É preciso diferenciar esses conceitos muito bem, pois há grande confusão e fonte de erros quando se trata deles (KRUGMAN; OBSTFELD; MELITZ, 2015). A vantagem absoluta é a interpretada no raciocínio de Adam Smith, derivada da divisão do trabalho. No caso hipotético apresentado na seção anterior, China tem uma vantagem absoluta na produção de tecido, e o Brasil tem uma vantagem absoluta na produção de vinho, porque é necessário menos trabalho para produzi-los.

Já a vantagem comparativa leva em consideração o custo de oportunidade: “um país tem uma vantagem comparativa na produção de um bem se o custo de oportunidade de produzir esse bem, em termos de outros bens, for menor nesse país do que é em outros países” (KRUGMAN; OBSTFELD; MELITZ, 2015, p. 22). No caso hipotético anterior, sem comércio, o custo de oportunidade da China para produzir 1 engradado de vinho é de 5 metros de tecido. Há um trade-off entre produzir vinho e tecido, já que o tempo e trabalho são escassos. Ao escolher produzir o vinho, o trabalhador sacrifica a produção de tecido.

Percebe-se que o trabalho despendido em cada bem não é medido isoladamente, ou de modo absoluto: é preciso verificar o quanto é sacrificado da produção de um bem quando se decide produzir outro. No raciocínio de Ricardo, o qual Krugman, Obstfeld e Melitz (2015) apresentam em um modelo de equilíbrio geral, é visto que esses custos de oportunidade, e não apenas a vantagem absoluta, tende a determinar a especialização dos países e os ganhos advindos do comércio.

No caso hipotético, pode se denotar matematicamente o custo de oportunidade da produção de vinho em relação ao tecido na economia brasileira como a razão:

$$\frac{a_{LV}}{a_{LT}} \quad (1)$$

Onde a_{LV} representa o requisito de mão de obra unitária (trabalho/hora do trabalhador hipotético) para a produção de vinho, e a_{LT} , o requisito de mão de obra unitária para a produção do tecido. Como os países e seus fatores de produção são diferentes, podemos deixar essa notação para o Brasil, enquanto a China apresentaria:

$$\frac{a_{LV}^*}{a_{LT}^*} \quad (2)$$

É muito importante acompanhar a dinâmica relativamente: em teorias econômicas do comércio, não só a produtividade, mas como será discutido a seguir, a oferta, demanda, e até os salários devem ser analisados em termos de seus equivalentes da outra economia. Preços de *commodities* são formados em termos de outras. Então, em comércio, não importa o resultado absoluto da razão dos requisitos de mão de obra unitária, mas compará-los. Portanto, pode-se afirmar que o Brasil tem uma vantagem comparativa na produção de vinho se:

$$\frac{a_{LV}^*}{a_{LT}^*} > \frac{a_{LV}}{a_{LT}} \quad (3)$$

Fica claro que a economia hipotética da China sacrificaria mais tecido do que a brasileira, já que seu custo de oportunidade na produção de vinho é maior. Essa relação também implica que:

$$\frac{a_{LT}}{a_{LT}^*} > \frac{a_{LV}}{a_{LV}^*} \quad (4)$$

É importante interpretar a equação 4: quando o Brasil tem uma vantagem comparativa na produção de vinho em relação a de tecido, é implicado que o custo de oportunidade de produzir tecido, em relação à China, é maior. Essa razão pode ser interpretada como a produtividade relativa, já que representa os requisitos de mão de obra unitária de uma economia em termos de outra. Nota-se que, independentemente das vantagens absolutas, quando analisados todos os quatro requisitos de mão de obra unitária em conjunto, sempre será possível um país ter uma vantagem comparativa em relação ao outro. Até mesmo se, no nosso exemplo, o Brasil fosse menos produtivo também na produção de vinho quando comparado à China, mas ainda com o custo de oportunidade menor na produção de vinho, quando comparado a seu tecido: o comércio ainda se manteria, pois países deveriam tender a exportar aqueles bens em que sua produtividade é relativamente elevada.

Como Krugman, Obstfeld e Melitz (2015) notam, o comércio pode ser visto como um método indireto de produção: no nosso exemplo, é muito melhor o Brasil se especializar em vinho e usar o seu excedente para obter o tecido chinês do que

produzi-lo ineficientemente e sacrificar a relativa boa produção de vinho. Isso sempre é válido se a importação do bem requerer menos trabalho para obtê-lo.

A melhoria de bem-estar na teoria das vantagens comparativas pode ser vista de modo que os consumidores dos os ambos países têm mais opção de consumo depois do comércio, não sendo restrita a esses apenas a dotação de produção do seu país. A busca pelas vantagens, como viam os economistas clássicos, tende a apresentar um bom resultado geral:

Estimulando a indústria, recompensando a engenhosidade e propiciando o uso mais eficaz das peculiares potencialidades proporcionadas pela natureza, distribui-se o trabalho de modo mais eficaz e mais econômico, enquanto, pelo aumento geral do volume de produtos, difunde-se o benefício geral [...] Este é o princípio que determina que o vinho seja produzido na França e em Portugal, que o milho seja cultivado na América e na Polônia, e que as ferramentas e outros bens sejam manufaturados na Inglaterra² (RICARDO, 2001, p.90, tradução nossa).

No modelo, a interseção da oferta mundial relativa e a demanda relativa definem o preço relativo dos bens. Os países escolhem sua especialização se observarem que o preço relativo do bem a ser especializado é menor que seu custo de oportunidade em produzi-lo.

Já o salário relativo de uma economia é mostrado nos termos do salário da outra. Essa taxa está relacionada diretamente à produtividade relativa, e é fundamental para determinar a vantagem de custos que um país tem em certo bem, se hipoteticamente definirmos que cada trabalhador ganhe o equivalente ao preço relativo do bem por ele produzido: economias produtivas tendem a ter salários altos, e os custos são compensados por essa alta produtividade. Já economias que carecem de produtividade, tem nos salários baixos uma vantagem de custo na produção. Deste modo, a proposição do modelo, baseado na teoria de Ricardo, pode ser resumida na seguinte afirmação: “[...] os bens serão sempre produzidos onde é mais barato fazê-los” (KRUGMAN; OBSTFELD; MELITZ, 2015, p. 34).

² Texto original: *By stimulating industry, by regarding ingenuity, and by using most efficaciously the peculiar powers bestowed by nature, it distributes labour most effectively and most economically...while, by increasing the general mass of productions, it diffuses general benefit [...] It is this principle which determines that wine shall be made in France and Portugal, that corn shall be grown in America and Poland, and the hardware and other goods shall be manufactured in England.*

Resumidamente, vantagens comparativas, determinadas a partir do custo de oportunidade das nações, estabelecem a dinâmica desse comércio. Na próxima seção serão apresentados outros determinantes de vantagem comparativa que podem ser derivados a partir de um modelo muito parecido com o ricardiano: o modelo neoclássico de comércio internacional Heckscher-Ohlin.

2.3 O MODELO HECKSCHER-OHLIN (HO)

Após o sucesso da teoria das vantagens comparativas, uma seguinte contribuição de grande destaque às teorias de comércio internacional veio de um artigo de Eli Heckscher, em que é discutida a dotação de fatores de produção dos países como influência no comércio internacional, em 1919. Em 1933, Bertil Ohlin, seu aluno, elabora o modelo com base nas suas ideias. Muitas vezes considerado uma extensão do modelo ricardiano, o HO tornou-se referência na teoria neoclássica (SWART, 2007).

Elaborado no formato “2 x 2 x 2” – dois países, dois fatores de produção, dois bens –, os pressupostos principais do modelo HO definem que a única diferença dos países são as dotações relativas dos fatores: capital e trabalho (K, L); há retornos constantes de escala e os bens precisam necessariamente dos dois fatores de produção para serem produzidos. Os requisitos de mão de obra unitária se tornam uso de fator unitário – há a possibilidade de mobilidade dos fatores de produção. Esse é um pressuposto diferente do modelo ricardiano que implica numa característica fundamental: os custos de oportunidade não são fixos. Na medida em que diferentes *mixes* de insumos são empregados, os custos de oportunidade podem diminuir ou aumentar (KRUGMAN; OBSTFELD; MELITZ, 2015).

Então, a produção de bens pode ser capital intensiva ou mão-de-obra intensiva, dependendo da proporção K/L que seja utilizado na atividade. Dadas as dotações diferentes das economias, os custos diferem: assim, um país com alta oferta relativa de mão de obra para o capital será relativamente melhor em produzir bens intensivos em trabalho do que outro país com baixa oferta relativa de mão de obra para o capital (KRUGMAN; OBSTFELD; MELITZ, 2015). Vê-se, assim, que o pressuposto ricardiano de se “produzir onde é mais barato” continua sendo válido.

Mas, quando as economias decidem comercializar, vão exportar os bens que são feitos com os fatores relativamente abundantes. Esse comportamento leva a convergência do preço relativo do bem entre as duas economias: aumenta o preço relativo no país exportador, diminui o preço relativo no país importador. A principal conclusão do modelo é o Teorema de Heckscher-Ohlin: os países exportarão bens com vantagens comparativas no fator relativamente abundante, e importará bens cujo fator de produção seja relativamente escasso. Há uma reformulação na obtenção das vantagens comparativas, já que diferentes dotações e abundância relativa de fatores podem trazer diferentes custos de oportunidade. O modelo também explica o porquê de os custos comparativos existirem, uma vez que o modelo de Ricardo apenas o toma como lei (MOREIRA, 2012).

Krugman, Obstfeld e Melitz (2015) também avaliam a distribuição de renda com esse modelo, dado os ganhadores e perdedores a partir da dinâmica comercial. A mudança dos preços relativos causa mudanças na distribuição de renda dos fatores. Basicamente, os proprietários de fatores abundantes são ganhadores (menor custo relativo, tendência a exportação) e os proprietários de fatores escassos perdem (maior custo, competição com importações).

O modelo sugere a tendência de um equilíbrio geral e concorrência perfeita, em que os preços relativos dos bens, assim como os dos fatores (renda), que também podem ser encarados como comercializáveis, seriam iguais. Assim, os países tenderiam à especialização, dada a dotação dos seus fatores abundantes ou escassos. Apesar do comércio implicar em ganhadores e perdedores, o argumento neoclássico é de que o comércio sempre é preferível, pois em termos globais, os ganhos compensam as perdas.

A teoria neoclássica traz vários modelos que assim como o HO, podem ser encarados como extensões do modelo ricardiano. Outros, adotam novos pressupostos e outros relaxamentos que podem trazer novos pontos de vista em relação ao comércio internacional. Serão apresentadas a seguir algumas dessas novas ideias.

2.4. OUTROS MODELOS NEOCLÁSSICOS: SAMUELSON – JONES E KRUGMAN

Nas próximas seções, serão exploradas duas outras importantes teorias neoclássicas de comércio: o modelo Samuelson-Jones, que possibilita o estudo da distribuição de renda no comércio, e a nova teoria do comércio, um conjunto de modelos que explora as vantagens do comércio intrasetorial e os retornos de escala.

2.4.1. O modelo de fatores específicos: comércio e renda no curto prazo

Utilizado como um modelo para analisar a distribuição de renda no curto prazo, o modelo de fatores específicos foi elaborado por Samuelson-Jones em 1971, e é muito próximo ao modelo HO, mas apresenta um formato com 3 fatores de produção: trabalho, capital e terra (L, K, T). Os fatores K e T são fixos (específicos), já L pode se locomover para as diferentes indústrias. O modelo supõe que apenas dois bens são produzidos: vinho e tecido, por exemplo. Para produzir vinho, é necessário usar unidades de T e L ; para produzir tecido, K e L – resulta daí a necessidade de L se locomover em diferentes produções (KRUGMAN; OBSTFELD; MELITZ, 2015).

Essa configuração econômica implica uma dinâmica de mercado cujo preços de bens e fatores podem mudar. Se o preço relativo de um certo bem aumenta, o fator específico em seu setor produtivo se beneficia, mas piora se o preço relativo diminui.

O ponto importante a ser observado aqui é que, em autarquia e em comércio, os preços relativos são diferentes, como suas determinadas dotações. Assim, quando a economia se abre para o comércio internacional, os agentes tendem a exportar os bens cujos preços relativos aumentam, e importar o bem cujo preço relativo diminuiu (KRUGMAN; OBSTFELD; MELITZ, 2015).

O resultado é que, "o comércio beneficia o fator específico para o setor de exportação de cada país, mas prejudica o fator específico para os setores que concorrem com a importação" (KRUGMAN; OBSTFELD; MELITZ, 2015, p. 53).

Segundo Krugman, Obstfeld e Melitz (2015), esses ganhos e perdas podem ser interpretados como resultados de curto prazo, já que mostram os resultados

imediatos da mudança de preços relativos para o comércio. Mas sabe-se, que não da noite para o dia, os demais fatores podem se mobilizar, e indústrias podem surgir: no longo prazo, pode-se pensar que todos os fatores são móveis, e os custos de oportunidade mudam, como no modelo HO. Então, a principal característica diferencial do modelo HO é a temporalidade: a dinâmica dos fatores específicos se dá no curto prazo, e os ganhos/perdas relativos aos fatores abundantes/escassos, ocorrem no longo prazo.

2.4.2. A nova teoria do comércio

De acordo com Krugman, Obstfeld e Melitz (2015, p. 21), o segundo motivo que leva os países a comercializar é “obter economias de escala para o que faz relativamente bem”. O próprio Krugman é um dos expoentes da nova teoria do comércio internacional nos anos 1970-1980, em que sua principal ideia é que o comércio não precisa depender das vantagens comparativas, mas sim das economias de escala – a redução dos custos à medida que a produção aumenta. Especializações e economias de escala justificam o fato de países comercializarem mesmo sendo “iguais” - não tendo diferença entre suas dotações. Esse fenômeno é chamado de comércio intrasetorial (SILVA; LOURENÇO, 2017).

Krugman e outros economistas da época perceberam a necessidade de desenvolver esses modelos pois se evidenciava que o comércio intrasetorial era muito mais presente na realidade. Para tanto, foi preciso abandonar o pressuposto dos modelos anteriores de que os retornos de escala são constantes e de que a concorrência é perfeita (MOREIRA, 2012).

Os estudos nesta nova abordagem se estendem à economia industrial, ao desenvolvimento econômico e até à economia regional, já que a concorrência oligopolista e a localização desempenham papel fundamental nas economias de escala, sejam as externas (nível industrial), sejam as internas (nível da firma). Assim, no mercado intrasetorial, empresas que atingem as economias crescentes de escala tenderão a exportar. Além disso, poderão instalar facilidades em mercados estrangeiros (multinacionais) ou terceirizar parte de suas operações (KRUGMAN; OBSTFELD; MELITZ, 2015). Essa integração no mundo pode ser considerada

benéfica para o desenvolvimento econômico e o bem estar das economias, na medida em que amplia e complementa os mercados nacionais.

Com este último avanço teórico, foram expostas até aqui as principais teorias econômicas tradicionais do comércio internacional, com seus principais pressupostos e conclusões. Apesar de serem visões essenciais e ferramentas vitais para o estudo que envolve este trabalho, todo modelo tem limitações. Na próxima seção, serão discutidas algumas dessas limitações teóricas, e como alguns modelos em conjunto se complementam e eliminam alguns desses problemas.

De outro lado, a visão heterodoxa não se satisfaz com essas questões, as quais levantam dúvidas sobre o comércio internacional ser realmente benéfico a todos os seus participantes, propondo diferentes formas de se analisar as questões comerciais. Será exposto também algumas críticas relevantes ao arcabouço clássico e neoclássico tradicional abordados.

2.5. LIMITAÇÕES DAS TEORIAS TRADICIONAIS E A VISÃO HETERODOXA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Atentando-se aos seus pressupostos e conclusões, desde os escritos mercantilistas, observa-se que cada teoria busca completar a anterior, apontando diferentes pontos de vista e análise. As limitações mercantilistas do protecionismo estatal e o excedente comercial são a base da teoria de Smith, que por sua vez, trata apenas do fator trabalho em sua análise, quando é sabido que vários fatores de produção são utilizados para a produção de bens. Além disso, considera que o fator trabalho pode mobilizar com facilidade entre as atividades, instantaneamente transformando os trabalhadores da indústria do vinho em trabalhadores da indústria do tecido, em nosso exemplo. Em termos absolutos, pode haver países sem nenhuma vantagem, impossibilitando seu comércio. E, se os países têm dotações parecidas, não terão nenhuma razão para comercializar.

O modelo ricardiano consegue explicar como países, até sem vantagem absoluta nenhuma, podem se beneficiar do comércio por meio das vantagens comparativas, mas seus pressupostos salariais são fortes: há muita disparidade de salários entre trabalhadores entre indústrias, e entre funções. O problema da aplicação de outros fatores de produção e como eles podem ser combinados é em parte resolvido no modelo HO, enquanto a questão da mobilidade “instantânea” é

transformada em visão de longo prazo se considerarmos o modelo de fatores específicos. Quando se trata de países com dotações parecidas, o comércio ainda é possibilitado levando as economias de escala em consideração, na nova teoria do comércio.

Mas, limitações continuam tanto no modelo HO quanto em outros modelos neoclássicos: pressupostos fortes como países possuírem tecnologias iguais, inexistência de custos de transporte e barreiras comerciais, e a não consideração de elasticidade preço da demanda dos bens, entre outros. O mais crítico, mostra Krugman, Obstfeld e Melitz (2015), é o fato de o teorema de Heckscher-Ohlin não se adequar empiricamente em um importante estudo de Leontief. Nele, foram apontados resultados opostos comparando as exportações dos EUA (majoritariamente em produtos intensivos em trabalho) sendo que no período analisado, a proporção K/L americana era muito alta - assim como em suas importações. Essa conclusão é conhecida como “paradoxo de Leontief”.

Mas, outros estudos apontam que uma vez “relaxados” os pressupostos, ou fazendo uma série de restrições, o modelo HO explica alguns casos reais, e esses padrões de comércio são bem presentes em relações entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Nessa visão, o comércio pode ser benéfico para os envolvidos.

Já para a visão heterodoxa, os pressupostos e hipóteses essenciais que sustentam as teorias tradicionais de comércio são totalmente falhos e irrealistas, e apenas implicam em desequilíbrios externos e transferência de excedentes dos países subdesenvolvidos para os países privilegiados. Nas próximas seções, serão expostas algumas dessas visões, como a de Prebisch, Kaldor e dos institucionalistas, que sugerem outros modos de se tratar o comércio internacional, além de enfatizarem sua importância no desenvolvimento econômico.

2.5.1. A análise de Prebisch

O argentino Raul Prebisch desenvolveu uma das mais relevantes críticas à abordagem tradicional do comércio, representada pelas teorias clássica e neoclássica. Sua principal argumentação trata do fato das economias latino-americanas estarem voltadas para a exportação de produtos primários, e isto as

tornarem mais vulneráveis às mudanças na situação externa, sobretudo, com hegemonização dos EUA durante o período pós-guerra (SWART, 2007).

Em 1949, ao fazer uma análise histórica e teórica para encontrar os entraves do desenvolvimento do continente sul-americano, Prebisch não descartou as teorias neoclássicas apresentadas aqui, usando-as como referência. Porém, concluiu que elas não podem explicar a trajetória do desenvolvimento latino-americano (SWART, 2007). A análise mostrou que o comércio entre o centro dinâmico (países desenvolvidos) e a periferia (países subdesenvolvidos, com exportações intensivas em bens primários), como era o caso entre a América Latina e os EUA, não trouxe benefícios a ambas as partes como prega a teoria convencional: o progresso tecnológico falhou em diminuir os preços relativos. Os frutos do ganho da produtividade da proporção K/L resultaram em aumento da renda dos fatores para o centro.

Porém, na periferia, por motivos de assimetria da divisão do trabalho e a baixa elasticidade renda da demanda dos bens primários, são inibidas as forças de repasse de renda do trabalho, apenas resultando na queda dos preços relativos dos bens primários, aumentando os preços relativos dos bens manufaturados (que são importados): há uma piora nos termos de troca, o preço da exportação de um país dividido pelo preço de suas importações. Assim, as melhoras de produtividade no trabalho da periferia são transferidas ao centro. Em outras palavras, "[...] enquanto os centros preservaram integralmente o fruto do progresso técnico de sua indústria, os países periféricos transferiram para eles uma parte do fruto do seu próprio progresso técnico" (PREBISCH, 1949 *apud* SWART, 2007, p.70).

Prebisch argumenta que uma vez que a periferia não tem a mesma mobilidade de fatores – pressuposto chave nos modelos neoclássicos – em face aos EUA, o comércio internacional entre o centro e periferia tende apenas ao desequilíbrio externo. O comércio poderá ser benéfico para ambos e os modelos validados se apenas a periferia atingir um bom nível de mobilidade de fatores. Assim, diagnosticado o problema, o autor faz uma série de sugestões práticas para resolvê-lo, entre as mais importantes, a industrialização da América Latina. Esse e vários outros estudos do economista argentino o tornaram referência em desenvolvimento econômico do continente, sendo um dos proponentes do processo de substituição de

importações, que seria o primeiro passo que a América Latina tomaria para vencer as externalidades negativas de sua inserção comercial (SWART, 2007).

2.5.2. A análise de Kaldor

Outro economista que argumentou que alguns pressupostos dos modelos neoclássicos não refletem a realidade foi Nicholas Kaldor. Para ele, as hipóteses de retornos constantes de escala e concorrência perfeita, que levam ao ganho mútuo e a elevação da renda, não funcionam na vida real: atividades de agricultura tem retornos decrescentes, enquanto atividades industriais têm retornos crescentes de escala. Por isso, o livre comércio internacional pode ser prejudicial para países em fase de desenvolvimento e apenas os submeteriam ao subdesenvolvimento, e assim, ocorre divergência entre o crescimento relativo das nações (SILVA; LOURENÇO, 2017).

Tais afirmações tem respaldo em suas observações da indústria e no que são conhecidas como as três leis de Kaldor³. Em contraste à especialização em produtos primários, a indústria gera aumento de produtividade, expande o progresso técnico por toda a economia, gera mais ligações para frente (para trás) por meio do efeito *spillover*, e produtos manufaturados tem maior elasticidade renda da demanda (SILVA; LOURENÇO, 2017). Quando países industrializados comercializam com países desindustrializados, visando vantagens comparativas, estimulam sua desindustrialização, o que para Kaldor, implica em baixo desenvolvimento econômico.

Em sua teoria, a demanda externa é impulsionada pela indústria, o que leva a mesma a expandir e se aperfeiçoar, elevando exportações competitivas, ocorrendo um círculo virtuoso. Quando economias desindustrializadas focam nas exportações de bens com baixa elasticidade renda da demanda, o ciclo virtuoso é inviável, pois as leis de Kaldor não se aplicam: não há progresso técnico, nem *linkages* relevantes para o restante da economia.

³ i) Há uma forte relação causal entre aumento da manufatura e aumento do PIB; ii) há uma forte relação causal entre o aumento da produtividade e crescimento da manufatura; iii) há uma forte relação causal entre a velocidade da expansão da indústria e o aumento da produtividade em outros setores (SILVA; LOURENÇO, 2017, p.174 - 177).

Como Silva e Lourenço (2017) concluem, Kaldor enfatizou o importante papel da indústria no intercâmbio comercial para uma estratégia moderna de produção, resultando em uma trajetória de desenvolvimento econômico sustentável. Mas, como os retornos de escala são diferentes entre as atividades, esse intercâmbio tende a apenas elevar a divergência de crescimento das nações.

2.5.3. A análise institucionalista e considerações do capítulo

Para entender as assimetrias do comércio internacional, os teóricos institucionalistas se atentam à inovação, com base na crítica de Friedrich List. Enquanto as teorias de comércio internacional focam em fatores de produção, sobretudo o trabalho, as verdadeiras forças produtivas – inovação, conhecimento, invenções, melhorias constantes – são totalmente deixados de lado pelos modelos, levando List a negar as vantagens que o comércio teoricamente traria: “uma nação que troca produtos agrícolas por artigos manufaturados estrangeiros é um indivíduo com um braço só, sustentado por um braço estrangeiro” (LIST, 1983 *apud* MOREIRA, 2012, p. 219).

O institucionalista Dosi argumentou que os pressupostos neoclássicos são heroicos, e uma vez abandonado ou alterado algum deles, os modelos com seus indivíduos racionais, concorrência perfeita e tendendo a um equilíbrio walrasiano, perdem completamente todas suas consistências e aplicabilidades. Então, o comércio internacional deve ser modelado de modo que sejam consideradas as mudanças tecnológicas e institucionais contínuas, num ambiente puramente dinâmico e incerto, e não com tecnologias em forma de funções de produção sem conter a especificidade técnica, histórica e institucional de cada país (MOREIRA, 2012).

Sendo a tecnologia e a inovação - com grande ênfase à indústria de bens de capital - diferenciais na obtenção de economias de escala e vantagens competitivas no comércio internacional, outros autores aprofundam a discussão na ótica da proteção da indústria iniciada por List, já que países desenvolvidos historicamente e institucionalmente obtêm essas vantagens, e continuam as expandido. Então, é necessário que os países subdesenvolvidos busquem essa convergência por meio do protecionismo estatal. O suporte governamental é fundamental para trazer

vantagens competitivas em certa indústria e beneficiar a nação a longo prazo (KRUGMAN, 1986 *apud* MAGNUSSON, 2003).

Conclui-se, dessa forma, a exposição das limitações e principais críticas aos modelos tradicionais do comércio internacional. Fica claro que os modelos neoclássicos, apesar de serem vitais, tem suas limitações e seus pressupostos fundamentais são sensíveis à realidade: a falta de mobilidade de fatores, as diferenças dos retornos de escala, com base nas diferenças tecnológicas e inovativas das nações, e a presença de uma vantagem histórica-institucional dos países já desenvolvidos, acabam levantando sérias dúvidas sobre o comércio internacional ser sempre benéfico para todos os participantes.

Então, dada a ênfase e as particularidades do comércio internacional nas relações econômicas, conforme exposto por diferentes abordagens nesse capítulo, esse trabalho busca explorar e analisar os padrões comerciais de duas nações: Brasil e China, grandes parceiros comerciais, no intervalo temporal de 2011 a 2021.

No próximo capítulo, serão explorados dados macroeconômicos dessas duas economias, com o objetivo de compará-las e entender o dinamismo econômico próprio de cada uma. Após, busca-se relacionar essas informações com o comércio exterior e as respectivas pautas de exportação e importação de cada país, a fim de analisar o padrão de comércio que predomina entre Brasil e China no período citado.

3. PANORAMA MACROECONÔMICO DE BRASIL E CHINA ENTRE 2011 E 2021

Este trabalho buscou, até o presente momento, apresentar as principais teorias econômicas do comércio internacional, enfatizando as questões que envolvem os benefícios que os países podem obter ao comercializar com o restante do mundo. A partir deste capítulo, tendo em vista as teorias apresentadas, o objetivo será investigar a real dinâmica comercial entre dois países, a saber, Brasil e China. A escolha destes países se dá em função da importante representatividade de ambos em nível mundial, e, sobretudo, à importante relação comercial entre eles, sendo a China o principal parceiro comercial do Brasil. Para tanto, busca-se inicialmente analisar o panorama macroeconômico geral do Brasil e da China entre os anos de 2011 e 2021.

Este intervalo temporal é extremamente relevante para o estudo, pois, além de caracterizar a situação econômica dessas economias no período de uma década, capta importantes efeitos de choques econômicos: a década analisada contempla os efeitos da grande recessão mundial do *subprime*, iniciada em 2007; em meados de 2014 a 2017, o Brasil enfrentava uma das suas piores crises econômicas; no final da década, a China e os Estados Unidos protagonizaram uma guerra tarifária; e, em 2020, o mundo enfrentava outra crise econômica, dessa vez decorrente da pandemia do COVID-19.

Então, para que o panorama macroeconômico entre estas economias durante esses anos seja devidamente analisado, além desta introdução, este capítulo apresenta três seções. A primeira apresenta uma contextualização dos antecedentes da relação comercial sino-brasileira ante 2011. A segunda seção realiza a apresentação e análise das principais variáveis macroeconômicas dos dois países: o produto interno bruto (PIB), o nível de investimento, a taxa de desemprego, a taxa de juros, a inflação, o saldo do balanço de pagamentos e, para iniciar a análise da importância de estratégias do comércio internacional nas duas economias, serão analisados dados da balança comercial e da taxa de câmbio. Por fim, a última seção será dedicada às conclusões do capítulo.

3.1. OS ANTECEDENTES DA RELAÇÃO COMERCIAL SINO-BRASILEIRA

Apesar de o Brasil e a China apresentarem grandes áreas geográficas e significativas populações, essas nações apresentam várias diferenças econômicas. Essas divergências são observadas a partir da origem e história econômica de cada um dos países, mas podem ser mais fortemente identificadas a partir da década de 1970. Do ponto de vista macroeconômico, Krugman e Wells (2015) explicam que na época, ocorreu um rápido crescimento no leste asiático, fenômeno que a economia chinesa presenciou anos mais tarde. Esse chamado “milagre” ocorreu graças ao panorama econômico dos asiáticos que permitia que todas suas fontes de crescimento atuassem em capacidade máxima – altas taxas de investimento, nível educacional exemplar, e progresso tecnológico substancial.

Além disso, o ponto de onde partiam, com um grande atraso relativo, contribuiu para as altas taxas de crescimento desses países, que eram muito pouco desenvolvidos antes dos anos 1960. Assim, com a adoção de tecnologia que já havia sido desenvolvida no estrangeiro, puderam aumentar sua produtividade rapidamente. Isso já não pôde ocorrer na América Latina, que em meados de 1900, tinha nível de crescimento destacado, mas ao longo do tempo, não conseguiu manter o panorama macroeconômico por perturbações governamentais, inflação e baixos níveis de educação – principalmente a de base. Então, a convergência do crescimento chinês foi bem-sucedida, ao contrário da experiência latino-americana (KRUGMAN; WELLS, 2015).

Já para os novo-desenvolvimentistas, a explicação para a grande diferença de crescimento entre estes países é explicada por várias opções de políticas econômicas, que continham grande ênfase no comércio internacional. A estratégia asiática consistia em usar políticas fiscais, monetárias e cambiais para adquirir e desenvolver tecnologia doméstica avançada, e assim exportar bens com alto valor agregado. Assim, enquanto a América Latina enfrentava as limitações do processo de substituição de importações, as firmas asiáticas já podiam competir, em mesmo nível, com firmas de outros países desenvolvidos (PEREIRA; JABBOUR; DE PAULA 2020).

Segundo De Holanda (2016), nos anos 1970, também, foram iniciados os primeiros negócios sino-brasileiros: no contexto de política externa de Geisel,

buscava-se ampliar o leque de parceiros comerciais no país. Na época, o Brasil era mais desenvolvido que a China, e durante a década, suas exportações iam de açúcar, algodão, minério de ferro, e até produtos manufaturados de petroquímica e siderurgia, enquanto importava majoritariamente petróleo e carvão da China. A relação comercial entre os dois continuou na década seguinte, mas perdeu dinamismo, por dificuldades causadas principalmente pelos choques do petróleo em 1973 e 1979, a crise do balanço de pagamentos brasileiro, resultando em “calote” em 1986, que contribuiu para a hiperinflação. Além disso, no final dos anos 1970, emergia um novo paradigma tecnológico, o complexo eletrônico e a tecnologia da informação, com grande potencial de geração de riqueza, o qual a China, ao contrário do Brasil, se inseriu antecipadamente (DE HOLANDA, 2016).

Nos anos 1990, ambos os países passaram por mudanças institucionais e econômicas. No caso brasileiro, o esgotamento do processo de substituições de importações levou a uma política industrial de abertura comercial, com o objetivo de melhorar a concorrência, adotando reduções tarifárias e acabando com outros mecanismos de restrições às importações (DE LACERDA, et al, 2010). A China também executava uma maior ampliação de entrada de capital estrangeiro, e graças às reformas e industrialização do “milagre asiático”, a sua pauta de exportação ao Brasil passou a incorporar produtos manufaturados intermediários, como brinquedos, calçados, produtos têxteis e alguns aparelhos de rádio e som (CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA, 2015).

De Lacerda et al (2010) observa que, somado ao difícil cenário econômico brasileiro nos anos 1980 e 1990 (crescimento irregular, inflação levando a altas da taxa de juros, câmbio desvalorizado e não capacidade de adentrar no paradigma industrial eletrônico), a indústria brasileira se reestruturou com maior dependência de importações de bens de capitais, havendo uma relativa reprimarização da pauta exportadora. Esse fenômeno, segundo Faveri, De Resende e Cário (2016), ocorre quando países, já com parques industriais em desenvolvimento e com relativa participação de bens manufaturados em suas exportações, mas por serem ricos em recursos naturais e apresentarem vantagens comparativas em sua produção, tendem a se especializar na exportação de *commodities*. Ao alocar seus recursos produtivos nessas atividades, acabam enfraquecendo a participação de outros setores econômicos, sobretudo a indústria.

Como foi exposto no capítulo anterior, algumas teorias de comércio, como a de Kaldor, têm a indústria como o motor do crescimento econômico, e seu enfraquecimento (a desindustrialização, em seus termos) tende a resultar em baixo dinamismo e baixo crescimento econômico (SILVA; LOURENÇO, 2017).

Essa tendência se acentuou fortemente a partir dos anos 2000 (FAVERI; DE RESENDE; CÁRIO, 2016). Nessa época, observou-se maior dinamismo nas relações sino-brasileiras, havendo mudanças quantitativas e qualitativas nos âmbitos comerciais e políticos. Além do aumento do fluxo comercial e investimento direto chinês no Brasil, houve um maior diálogo empresarial bilateral em diversos setores. Tais mudanças levaram à solidificação da relação sino-brasileira durante o governo Lula, que buscava forte cooperação internacional e aproveitou as oportunidades oriundas do modelo do crescimento chinês, que criou forte demanda por *commodities* minerais, agriculturas e bens industriais, o que levou a um aumento do preço internacional e fortes ganhos na balança comercial brasileira (CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA, 2015).

Tanto o fluxo de exportações quanto as importações chinesas, que começavam a conter produtos mais sofisticados, cresceram rapidamente na década de 2000. Em 2009, a China se tornou a maior parceira comercial do Brasil, tirando os EUA da posição que ocupava desde 1930 (DE CONTI; BLIKSTAD, 2017).

Na época, os benefícios da parceria já eram questionados por algumas figuras – como os empresários do ramo têxtil – pois as crescentes exportações chinesas começavam a competir com várias indústrias locais, ainda mantendo a presença tradicional em bens intermediários, como brinquedos e aparelhos (BARBOSA; MENDES, 2006). Pode-se dizer que até o estouro da crise do *subprime*, a relação comercial sino-brasileira foi marcada pelas mudanças nos padrões de comércio brasileiro e o dilema trazido consigo: a parceria promissora e privilegiada pela China contra algumas indústrias nacionais que perdiam em face a concorrência chinesa. Após isso, os desafios do Brasil se estenderam com a crise de 2014, e a economia chinesa passou a despontar como grande potência mundial.

Após a introdução acerca dos antecedentes da relação comercial entre Brasil e China, na próxima seção se continua a análise da relação entre os dois países,

sendo apresentados e analisados os principais dados macroeconômicos de ambos no período de 2011 a 2021.

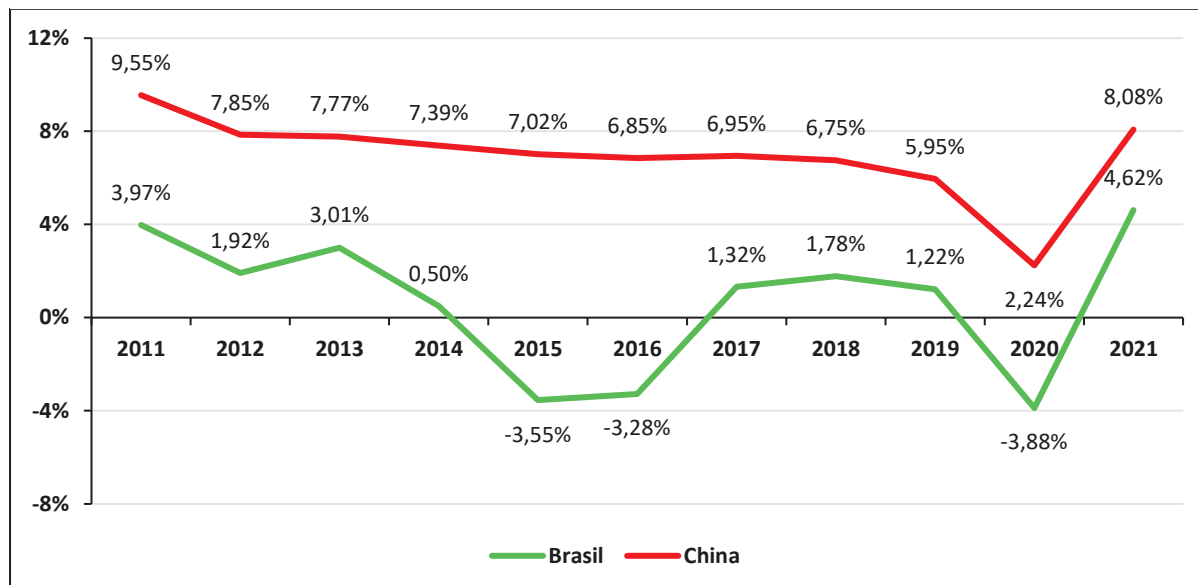
3.2 DADOS MACROECONOMICOS BRASIL E CHINA: UM PANORAMA DE 2011 A 2021

As principais variáveis analisadas nessa seção foram coletadas junto à base de dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) - *International Monetary Fund: O World Economic Outlook Database*, e o *International Financial Statistics*, versões de 2022. Apenas para o caso das balanças comerciais, foram consultadas a base de dados da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais – SECINT, no site do Ministério da Economia do Brasil, e a Administração Geral de Alfândegas da China, versões de 2022. Notas metodológicas foram adicionadas, quando necessário.

Uma das principais variáveis macroeconômicas utilizada para representar a dinâmica de uma economia refere-se ao valor de sua produção total, ou seja, o valor do produto interno bruto (PIB). “O PIB pode ser considerado o valor de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos em um país em dado período” (MANKIW, 1999, p.484). Sua variação percentual – que mostra o ritmo de crescimento do produto - é uma medida sofisticada e a mais utilizada para avaliar a evolução da atividade econômica.

Durante o período de 2011 a 2021, a média de crescimento ano a ano da China foi de 6,95%, enquanto a do Brasil foi de apenas 0,70% - fortemente prejudicada pelas recessões de 2015, 2016 e 2020. Ambos tiveram desaceleração durante o período, embora partem de magnitudes de crescimento muito distintas. O gráfico 1 mostra a variação do PIB ano a ano para ambos:

GRÁFICO 1 – VARIÇÃO ANUAL DO PIB A PREÇOS CONSTANTES: 2011 - 2021



Fonte: Elaborado pelo autor com base no *World Economic Outlook Database* (FMI), de abril de 2022.

A média de crescimento da China é quase 6 vezes maior que a do Brasil, e “comportada”, em face que o Brasil mantinha um crescimento relativamente baixo, atingindo queda na variação do produto em maiores magnitudes.

Na tabela 1, o PIB em termos monetários oferece uma outra ótica de análise do ritmo de crescimento das economias.

TABELA 1 - PRODUTO INTERNO BRUTO ABSOLUTO ANUAL EM US\$ BILHÕES - 2011 - 2021

Ano	Brasil (A)	China (B)	(B/C)
2011	\$ 2.614,03	\$ 7.492,21	2,87
2012	\$ 2.464,05	\$ 8.539,58	3,47
2013	\$ 2.471,72	\$ 9.624,93	3,89
2014	\$ 2.456,05	\$ 10.524,24	4,29
2015	\$ 1.800,05	\$ 11.113,51	6,17
2016	\$ 1.796,62	\$ 11.226,90	6,25
2017	\$ 2.063,52	\$ 12.265,33	5,94
2018	\$ 1.916,93	\$ 13.841,81	7,22
2019	\$ 1.873,29	\$ 14.340,60	7,66
2020	\$ 1.448,55	\$ 14.862,56	10,26
2021	\$ 1.608,08	\$ 17.458,04	10,86

Fonte: Elaborado pelo autor com base no *World Economic Outlook Database* (FMI), de abril de 2022.
Nota: Os valores foram coletados em moeda doméstica e convertidos com taxa de câmbio média anual do mercado.

O quadro traz uma visão estagnada para o PIB do Brasil, crescendo relativamente devagar até 2015, ano da pior recessão desde o início da série histórica

do IBGE, em 1996, segundo Costas (2015). Essa queda de crescimento foi resultado de diversos fatores, entre os principais, a paralisação da Petrobras e diversas outras empresas do ramo da construção civil, vitais para os investimentos na época, por escândalos de corrupção no país, acompanhadas por uma baixa nos preços do petróleo e outras *commodities*. A instabilidade política na época também ajudou a deteriorar o quadro fiscal e a aumentar o clima de incerteza, acompanhado do aperto monetário.

Em 2016, a economia brasileira ainda não tinha se recuperado. Como será visto ainda nessa seção, os efeitos da alta taxa de juros e desemprego na época causaram uma queda no consumo das famílias, e uma estagnação dos setores produtivos, resultando em um segundo ano de recessão seguida (MENDONÇA, 2017). Os três anos seguintes foram de leve recuperação, mas o choque da pandemia causou mais uma recessão em 2020, com alta desaceleração para o Brasil e para a China. Para o controle da disseminação do vírus durante boa parte do ano, o comércio e várias atividades produtivas foram total ou parcialmente paralisadas. Em 2021, após o fim da paralisação e a retomada do consumo, ambos países apresentaram recuperação da atividade econômica: 8,08% de crescimento na China e 4,62% no Brasil. Vale ressaltar que apesar destes valores serem altos, o aumento é mais relacionado ao carregamento estatístico de estar saindo de uma situação de atividade negativa.

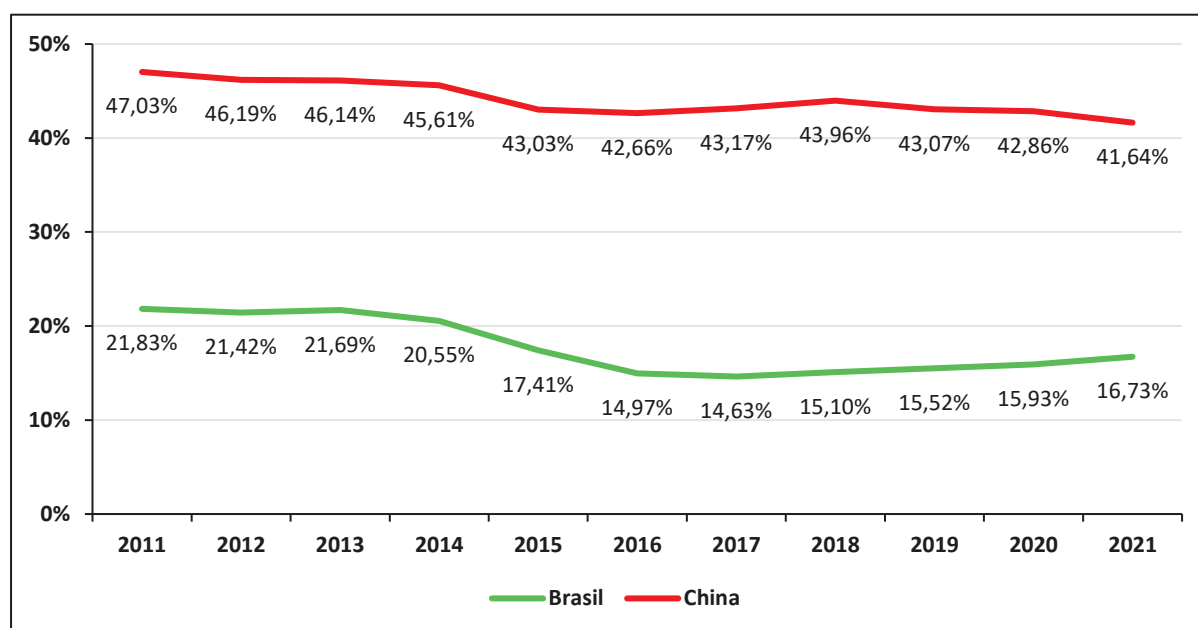
Apesar de muito importante, o PIB por si só não é uma medida perfeita para avaliar o desempenho econômico de um país. Então, é muito comum outros indicadores macroeconômicos serem utilizados para auxiliar o entendimento do comportamento econômico de um país, além do fato de alguns indicadores serem apresentados como porcentagem do PIB. Um desses casos é o investimento.

De acordo com o sistema de contas nacionais, a taxa de investimento da economia é a razão entre a formação bruta de capital fixo (FBCF) e o PIB, em determinado período (FEIJÓ et al, 2013). De forma direta, este indicador mostra o quanto do produto anual foi gasto com capital físico. Segundo Krugman e Wells (2015), o aumento de investimento em capital físico influencia positivamente a produtividade do trabalho, possibilitando taxas mais rápidas de crescimento na

economia. As diferenças entre as taxas de crescimento dos países geralmente estão correlacionadas com as diferenças entre as taxas de investimento.

Em média, 44,12% do produto chinês foi investido entre 2011 e 2021, enquanto a média brasileira foi de 17,80%. O alto nível de capital pode explicar a grande diferença do ritmo de crescimento da economia chinesa comparada a do Brasil, conforme expresso no gráfico 2.

GRÁFICO 2 – TAXA DE INVESTIMENTO EM RELAÇÃO AO PIB - 2011 A 2021



Fonte: Elaborado pelo autor com base no *World Economic Outlook Database* (FMI) de abril de 2022.

É interessante notar, porém, que a taxa de investimento decresceu para ambas as economias. Tanto a taxa de investimento brasileira quanto a chinesa permaneceram quase constantes até desacelerarem em média 5 pontos percentuais entre 2014 e 2016, e a partir daí, houve certa estabilidade até o fim do período. A China foi de 47,03% a 41,64% de investimento em relação ao PIB nesses 11 anos, terminando com tendência de queda, e o Brasil fechou com 16,73% (ante 21,83% em 2011), tendendo a um leve aumento. Embora apresente tendência decrescente, a queda da taxa de investimento da China é bem pequena, além de estar num nível relativamente alto, acima de 40%.

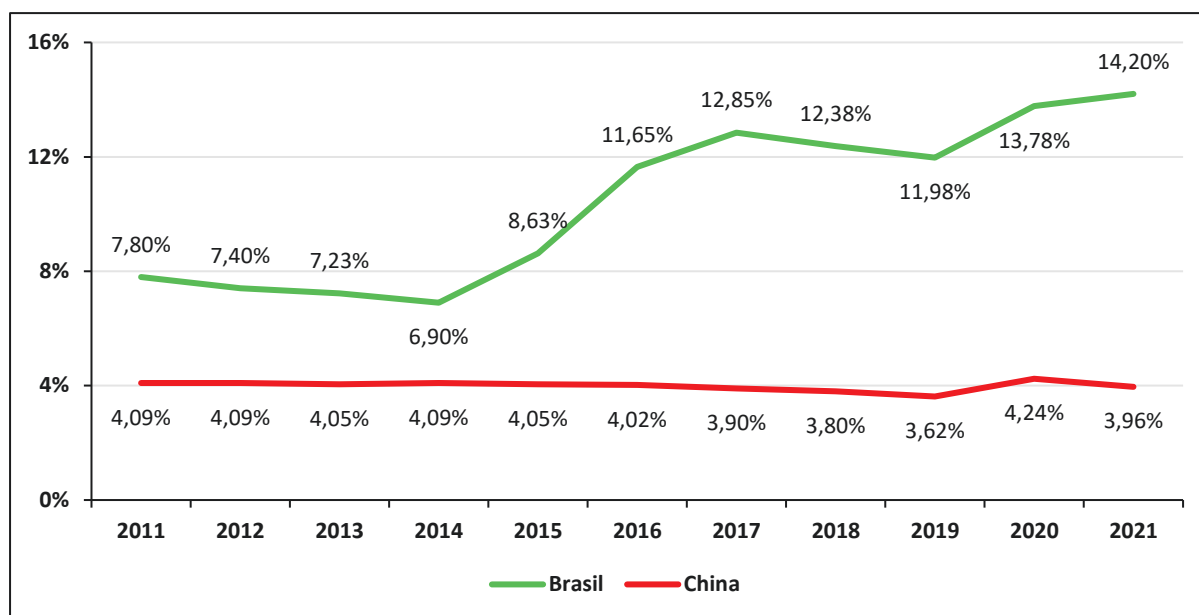
A queda da participação do investimento no PIB, mais acentuada para o Brasil, pode ser atribuída às difíceis condições macroeconômicas refletidas na recessão, que

tendem a frear a confiança e a tomada de decisão do empresariado e do governo em relação à expansão do capital físico. Segundo o IBGE, a queda de 2015 foi em função da queda da atividade econômica - principalmente da indústria da construção – e alta do dólar, que na época, frearam as importações de capital (UOL, 2016). A partir daí, o investimento brasileiro continuou decrescendo até atingir a mínima histórica em 2017, de 14,6%. A baixa poupança doméstica e falta de competitividade do país para atrair recursos externos também ajudaram o indicador a permanecer baixo (REDAÇÃO ICL ECONOMIA, 2022). A taxa de desemprego e a inflação, são problemas que também se relacionam com períodos recessivos e com a queda do investimento.

A literatura econômica define a taxa de desemprego como a razão entre a população desocupada – mas que deseja e procura trabalho - e a força de trabalho total – soma das pessoas em idade e competência para o trabalho, empregados ou não. Crianças, idosos, pessoas que não trabalham por escolha ou que são donos de casa, por exemplo, geralmente não integram a força de trabalho (MANKIW, 1999).

É de se esperar que uma economia que cresce a quase 7% ao ano tenha um nível muito baixo de desocupação: como mostra o gráfico 3, durante todo o período, a taxa de desemprego chinesa permaneceu em cerca de 4%, tendo um leve aumento durante a pandemia.

GRÁFICO 3 - TAXA DE DESEMPREGO EM RELAÇÃO À FORÇA TOTAL DE TRABALHO: 2011 - 2021



Fonte: Elaborado pelo autor com base no *World Economic Outlook Database* (FMI), de abril de 2022.

Já a média percentual de desemprego no mesmo período no Brasil foi de 10,43%. Em 2011, a taxa já era de quase 8%. Durante os anos da crise, houve um violento aumento, chegando ao maior nível em 2017 (12,85%). Após estabilizada, o choque do COVID-19 leva a taxa de desemprego a níveis ainda maiores, fechando o período em 14,20%. Em pontos percentuais, o nível de desemprego brasileiro praticamente dobrou durante os 11 anos, refletindo a curva de crescimento do PIB brasileiro no período: recessão, baixa atividade econômica e falta de confiança empresarial, além dos choques de demanda causados pelos *lockdowns*, que pesaram violentamente nas contratações.

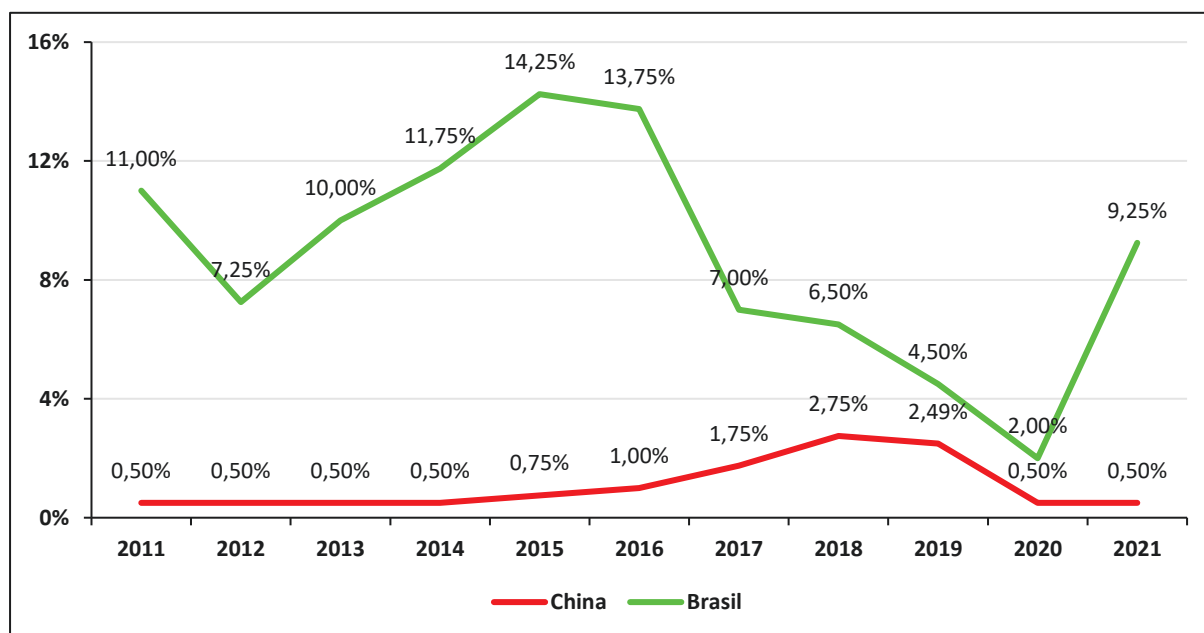
Para além das variáveis reais, em termos macroeconômicos, a taxa de juros é uma variável chave para se analisar a dinâmica econômica. Considerada como uma forma de precificar a moeda, é um dos principais instrumentos de política monetária da economia. Em um cenário de juros baixos, o custo de oportunidade de reter moeda também é baixo, e os agentes preferem consumir e empresários ficam mais confiantes para expandir seus negócios, via investimento, por exemplo. Caso contrário, é preferível reter dinheiro e tanto a confiança das famílias e do empresariado são abaladas pelos juros altos e pela própria escassez de crédito que a alta dos juros causa.

Os Bancos Centrais, no caso dessas duas economias, estabelecem uma meta de taxa de juros que serve de referência para todo o sistema financeiro de seus países, como instrumento utilizado para garantir a estabilidade de suas moedas. Essa meta é o que se refere como taxa de juros nesse trabalho.

Durante o período analisado, a China manteve uma política de juros baixos, iniciando e fechando com taxa de meio ponto percentual. Houve leve aumento entre 2016 e 2018, chegando a 2,75% ao final de 2018, em meio à guerra comercial contra os EUA, mas se estabilizou em 0,5% novamente em 2020. Ou seja, em todo período, as condições financeiras eram favoráveis para a expansão da atividade econômica, evidenciado pelo forte crescimento do PIB chinês.

Como pode ser visto no gráfico 4, o caso brasileiro é muito diferente. Em 2011, ainda sob os efeitos da crise do *subprime*, a SELIC, a taxa de juros básica do Brasil, fechou em 11% ao ano, desacelerando para 7,25% em 2012.

GRÁFICO 4 – TAXAS DE JUROS ANUAIS DETERMINADAS PELOS BANCOS CENTRAIS NO FINAL DO PERÍODO: 2011 A 2021



Fonte: Elaborado pelo autor com base no *International Financial Statistics* (FMI), 2022.

Nota: Taxas de juros da China são referentes à administração de Hong-Kong, o maior centro financeiro do país. As taxas de juros foram coletadas no final de cada ano (mês de referência: dezembro).

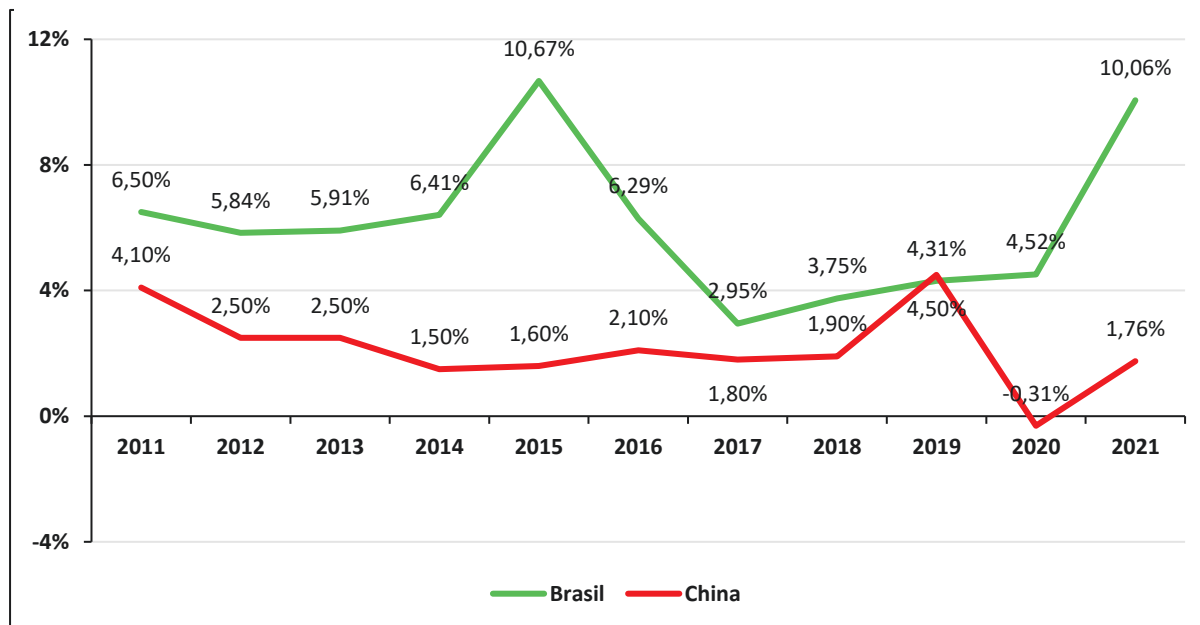
A partir daí, houve tendência de alta até o ápice da crise em 2015, em que a taxa finalizou com 14,25%, e entrou em ciclo de queda violenta entre 2016 e 2017, quando finalizou o ano a 7%. O ciclo de baixa continuou com força a partir do governo interino de Temer, e já em tempos de pandemia, chegou à marca de 2% ao ano, o menor valor da série histórica. Mais do que instrumento de aquecimento ou resfriamento econômico, esse ciclo se explica muito em função do comportamento da inflação brasileira, e nesse cenário, pouco ajudou no singelo crescimento do PIB entre 2017-2020, ano que o Banco Central tentava estimular a atividade econômica em meio a *lockdowns*, total desconfiança e falta de expectativas dos agentes. Em 2021, porém, a alta foi implantada intensivamente, tendo o período fechado com 9,25% ao ano.

Uma das principais missões das políticas monetárias dos bancos centrais é garantir o poder de compra de suas moedas. Então, muito do ciclo dos juros refletem a inflação do país. A seguir, ficará claro como essas políticas ajudaram a administrar o aumento de preços desses dois países.

Os índices de preços ao consumidor são medidas que quantificam o custo de vida, mostrando o nível geral de preços da economia por meio de uma cesta de bens. A variação percentual dessa medida é a chamada taxa de inflação – ou deflação, se negativa (MANKIW, 1999). Essa taxa acumulada entre janeiro e dezembro de cada ano fornece o quanto o custo de vida aumentou ou diminuiu em relação a um período anterior.

Entre 2011 e 2021, a média percentual de inflação chinesa foi de 2,18%, contra 6,11% da brasileira. Iniciou-se o período ainda com efeitos da crise do *subprime*, a 4,1% no acumulado de 2011, desacelerou para 2,5% em 2012 e até 2019, início da pandemia, manteve a inflação na média de 2%. No final de 2019, em meio à guerra comercial e o COVID, a inflação subiu para 4,5%, mas a economia chinesa enfrentou uma surpreendente deflação no ano seguinte (-0,31%) e manteve níveis baixos até o final de 2021, menos da metade dos níveis de 2011.

GRÁFICO 5 - INFLAÇÃO OFICIAL ACUMULADA NO ANO 2011 A 2022



Fonte: Elaborado pelo autor com base no *World Economic Outlook Database* (FMI), de abril de 2022.

No Brasil, cuja relação com a inflação já é histórica, observa-se uma tendência muito conectada com a curva da taxa de juros: a inflação que acelerava até 10,67% em 2015 caiu para 2,95% em 2017, muito graças aos aumentos da SELIC. A partir daí, a inflação entre os dois países ficou relativamente próxima, com o Brasil tendo maior desaceleração econômica que a China em 2019. Porém, com os efeitos da pandemia, a taxa de inflação brasileira voltou a registrar altos níveis, fechando o período com 10,06% - cerca de 4 pontos percentuais a mais que em 2011.

Muito mais que porcentagens, esses números indicam o nível de aumento nos preços essenciais da economia, que muitas vezes dificultam a vida e a tomada de decisão da população média, o que atrapalha o consumo, que reflete na produção, muitas vezes resultando em baixo crescimento econômico. Dessa forma, as análises seguintes buscarão mostrar como esses fenômenos macroeconômicos têm relação com as transações de um país com o resto do mundo.

Quando se analisam dados referentes ao comportamento macroeconômico, sabe-se que avaliar a situação externa do país é fundamental: “O balanço de pagamentos é o registro contábil de todas as transações econômicas entre um país e o resto do mundo durante um determinado intervalo” (FEIJÓ et al, 2013, p.165). Os débitos e créditos registrados são oriundos do comércio internacional de bens e

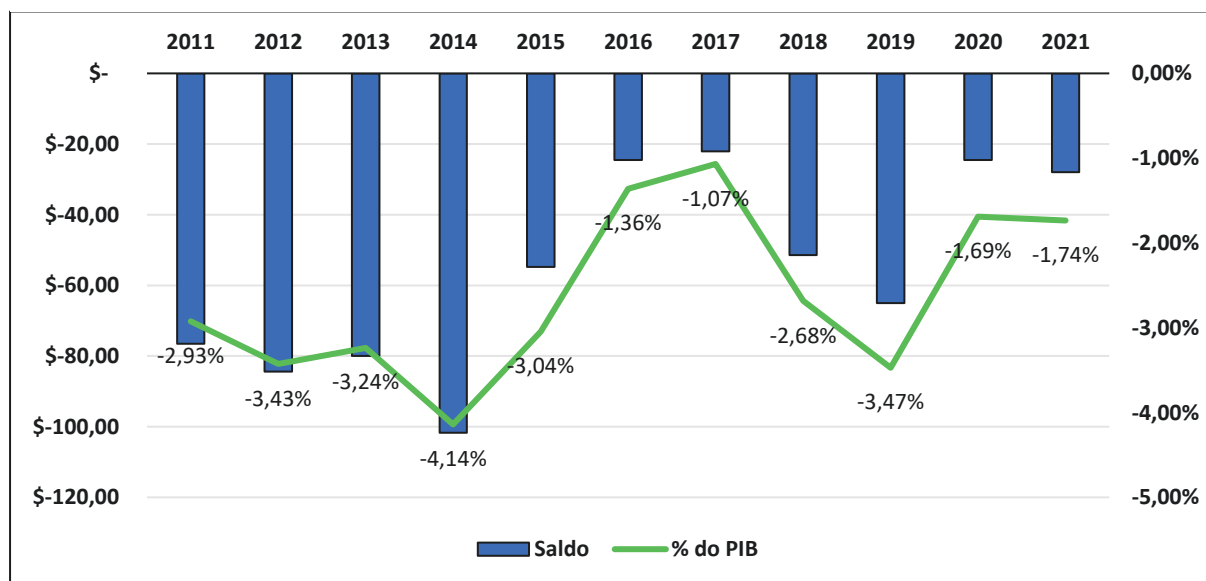
serviços, transferências de renda, doações e outros fluxos econômico-financeiros entre residentes e não residentes.

O saldo desse balanço pode ser resumido como todos os créditos provenientes do resto do mundo, menos os débitos que se destinam ao resto do mundo, e fornece informações valiosas sobre a nação em relação ao seu comércio, finanças e despesas com outras nações.

Durante o período analisado, o Brasil sempre registrou déficits (saldo do balanço de pagamentos negativo). Será analisado, porém, que a balança comercial, uma das estruturas principais do balanço de pagamentos, registrou quase sempre superávits (saldo positivo no balanço), o que mostra que o balanço brasileiro tem grandes déficits em suas outras contas, como a de serviços e capital, onde são registrados os fluxos de juros de dívidas, por exemplo.

Nesse caso, o Brasil é visto como devedor com base no seu balanço, e necessita de financiamento de outras nações para operar. O maior déficit foi registrado em 2014, cerca de US\$ 102 bilhões: 4,14% do PIB no período, conforme apresenta o gráfico 6.

GRÁFICO 6 - SALDO DO BALANÇO DE PAGAMENTOS BRASILEIRO EM US\$ BILHÕES (E) E SUA PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO PIB (D) - 2011 A 2021



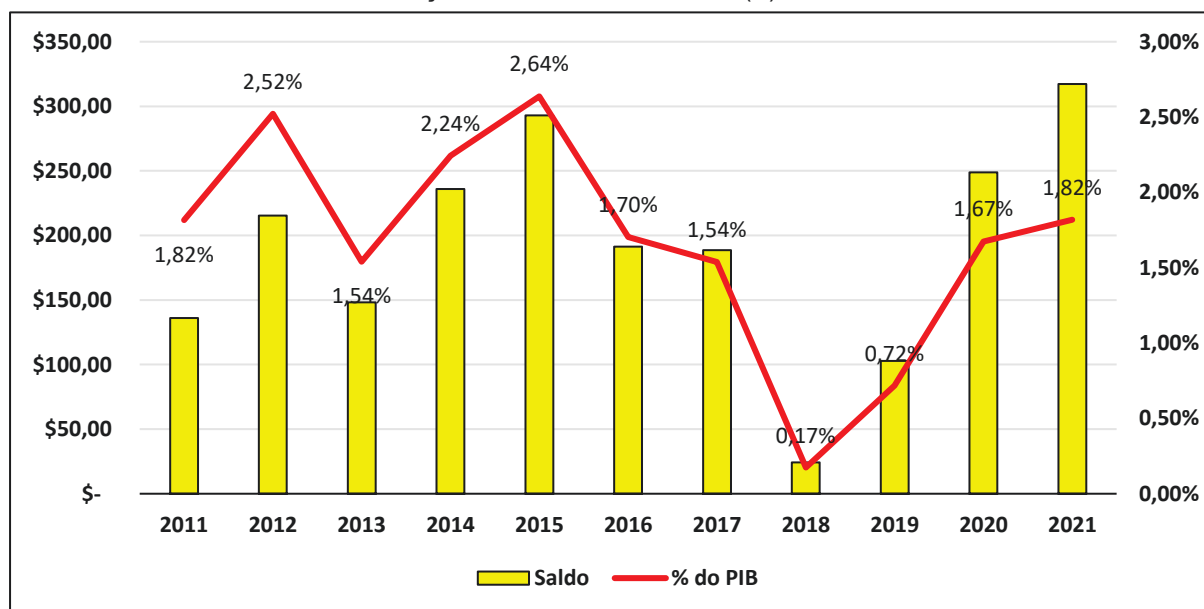
Fonte: Elaborado pelo autor com base no *World Economic Outlook Database* (FMI) de abril de 2022.

O menor déficit foi registrado em 2017: 1,07% do PIB (US\$ 22,03 bilhões), que voltava a acelerar na época depois de duas recessões, mas nos anos seguintes, os déficits foram mais altos, desacelerando em 2020 e atingindo US\$ 27,93 bi em 2021 (1,74%). Em média, o déficit entre 2011 e 2021 foi de 56 US\$ bilhões, ou, em média percentual, 2,6% do PIB foi financiado ou devido ao resto do mundo nesses 10 anos.

O gráfico 7 mostra o balanço de pagamentos da China. O cenário é bem diferente no caso chinês: o balanço registra superávits em todos os anos, e são relativamente altos comparados ao Brasil. Sua média foi de US\$ 191,1 bilhões: 1,67% de participação no PIB, em médias percentuais, ou seja, participação do produto que provém de fluxos de crédito dos outros países.

O menor superávit foi registrado em 2018, ano da guerra comercial contra os EUA, com US\$ 24,13 bi (0,17% do PIB). Comparativamente, poderia pagar mais da metade do déficit brasileiro na época (US\$ -51,46 bilhões). Mas, já em 2019 recupera seu ritmo, e fecha o período com seu maior superávit, US\$ 317,30 bilhões (1,8% do PIB), podendo pagar o déficit brasileiro 11 vezes e ainda ter saldo positivo em 2021.

GRÁFICO 7 - SALDO DO BALANÇO DE PAGAMENTOS CHINÊS EM US\$ BILHÕES (E) E SUA PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO PIB (D) - 2011 A 2021



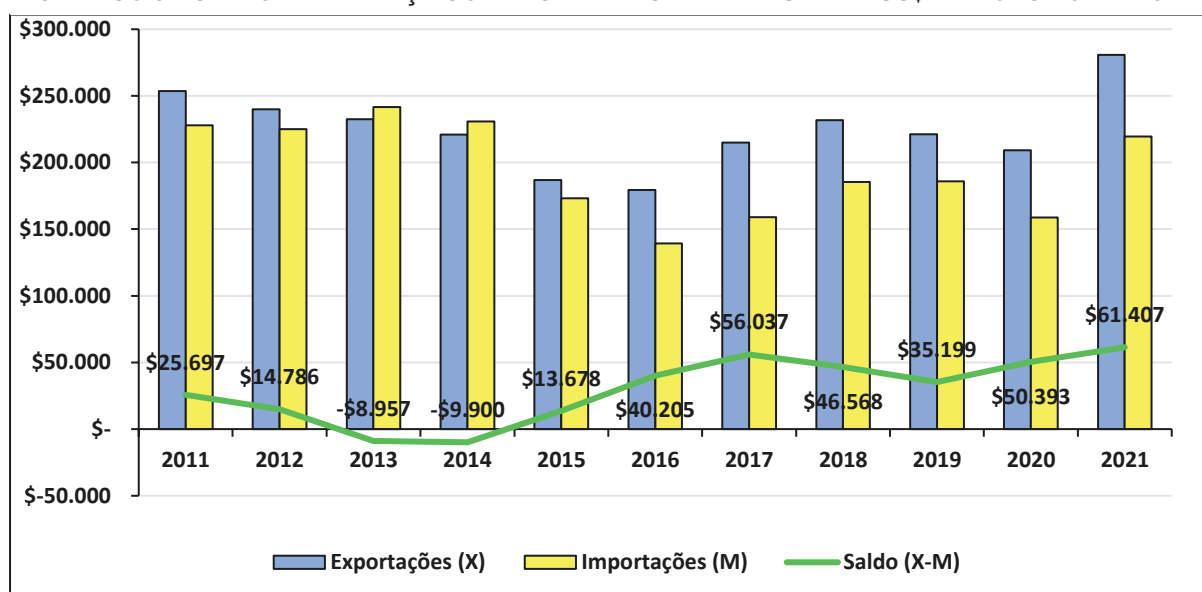
Fonte: Elaborado pelo autor com base no *World Economic Outlook Database* (FMI) de abril de 2022.

Fica claro que a posição da China em relação ao resto do mundo é confortável, tendo posição de credor mundial. A seguir, será analisada a estrutura particular do balanço de pagamentos que registra o comércio de bens: a balança comercial.

A balança comercial é uma das estruturas presentes no balanço de pagamentos, registrando contabilmente todas as importações (compras de bens do resto do mundo para a economia doméstica) e exportações (vendas de bens domésticos para o resto do mundo) do país num determinado período do tempo. O saldo da balança mostra de forma direta se o país vendeu ou comprou mais do resto do mundo, e é um dos indicadores fundamentais para investigar a importância do comércio internacional na economia.

No período, o Brasil registrou maiores fluxos de exportação do que de importação, registrando déficit na balança comercial somente em 2013 e 2014, durante o início do período que foi marcado por maiores dificuldades – o pós-crise *subprime* e instabilidade interna. Em 2013, o déficit foi de US\$ 8,97 bilhões (0,36% do PIB) e no ano seguinte, de US\$ 9,9 bilhões (0,40% do PIB). Porém, a partir de 2016 até 2021, registrou superávits na média de US\$ 48 bilhões, finalizando o período com a máxima de US\$ 61,41 bilhões - equivalente a 3,8% do PIB em 2021. Neste ano, o fluxo de exportação foi o maior do período.

GRÁFICO 8 – SALDO DA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA ANUAL EM US\$ MILHÕES: 2011 A 2021

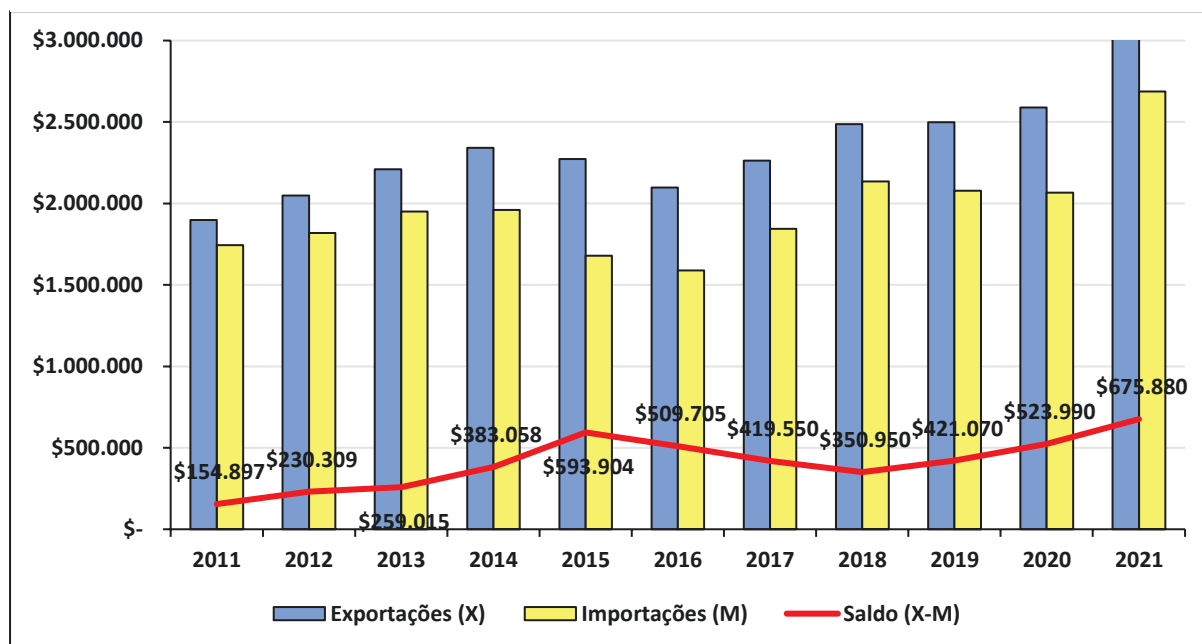


Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da SECINT (2022).

A participação do saldo de comércio exterior no produto foi em média de 1,65% - porcentagem singela. Mas, os dois últimos anos apresentaram média de 3,6%, o que num cenário que captava os efeitos da pandemia, mostra uma forte resiliência comercial brasileira no período, vital para evitar que a queda do PIB em 2020 fosse ainda maior e fortalecer a recuperação com o saldo recorde em 2021.

Já a China, apresentou um fluxo muito maior de exportações, mas também dependendo de muita importação, qual foi ao longo do tempo, diminuindo relativamente. A participação do saldo comercial no PIB chinês no período foi, em média, 3,4%:

GRÁFICO 9 – SALDO DA BALANÇA COMERCIAL CHINESA EM US\$ MILHÕES: 2011 - 2021



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da Administração Geral de Alfândegas da China (2022).

No início do período, os superávits foram aumentando gradualmente, de US\$ 154,9 bilhões em 2011 até atingir quase US\$ 594 bilhões em 2015. Apesar de não ter sido o maior saldo positivo, marcou 5,34% do PIB no ano, a maior participação do comércio internacional para a economia chinesa durante o período aqui analisado. Houve queda gradual entre 2016 e 2018, mas tendência a partir daí, mesmo em meio a guerras tarifárias com os EUA, é de crescimento dos superávits, fechando o período

com US\$ 675,9 bilhões (3,87% do PIB) – também sendo o maior fluxo de exportação do período.

Apesar de serem grandes parceiros comerciais, a diferença nos fluxos de exportação e importação entre Brasil e China é muito grande. Considerando a soma do saldo entre 2011 e 2021, o fluxo chinês é praticamente 14 vezes maior que o do Brasil. Inclusive, a China desde 2010 ocupa a posição de maior exportador do mundo (THE ASSOCIATED PRESS, 2022). Neste contexto, a variável taxa de câmbio é fundamental para auxiliar a explicação da ocorrência desses fluxos e como ela se conecta com as pautas de exportação e os termos de troca dos países.

A taxa de câmbio é uma das variáveis mais importantes para o comércio internacional, pois com ela é possível comparar preços de bens e serviços, mesmo quando as divisas de outros países são diferentes. Essa taxa apresenta o valor de uma moeda em relação a outra.

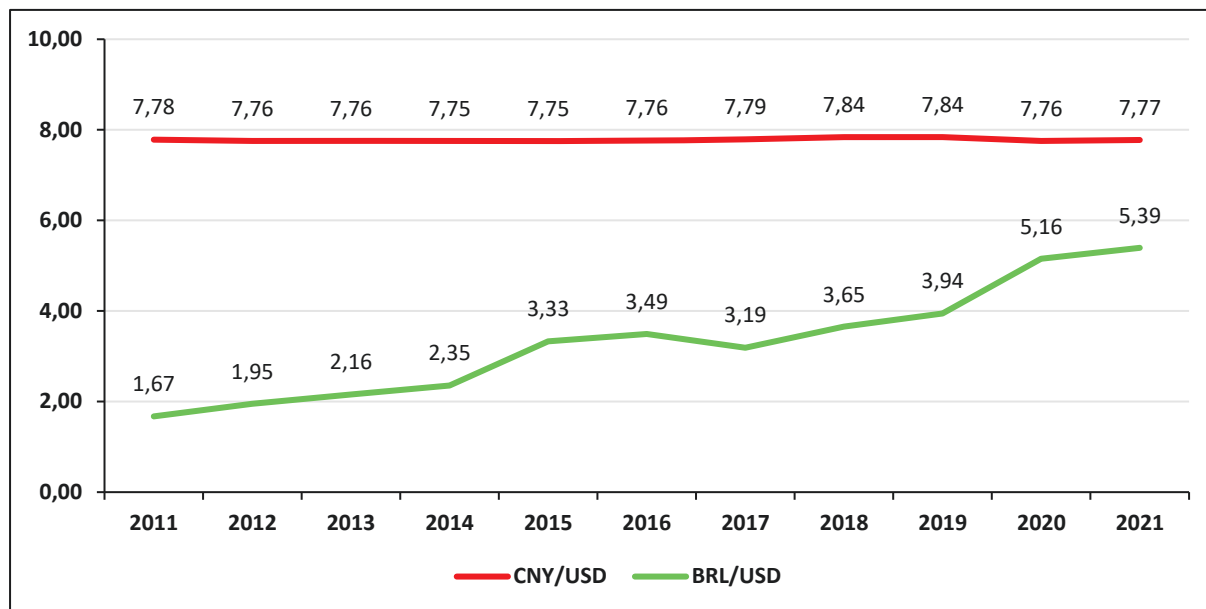
É comum que as taxas de câmbio sejam dadas em termos de dólares americanos, já que os EUA é o maior centro financeiro do mundo e possui a moeda-chave ou moeda-veículo do sistema monetário e financeiro internacional. No mercado cambial, as taxas variam a cada minuto. Essas variações podem ser depreciações - quando uma moeda fica mais barata em relação a outra (usaremos sempre o dólar), ou apreciação, quando ela fica mais cara em relação a outra:

Quando a moeda de um país deprecia, os estrangeiros percebem que suas exportações são mais baratas e os residentes nacionais percebem que as importações do exterior são mais caras. Uma [apreciação] tem os efeitos opostos: os estrangeiros pagam mais pelos produtos do país e os consumidores nacionais pagam menos pelos produtos estrangeiros (KRUGMAN; OBSTFELD; MELITZ, 2015 p.273)

Entre os determinantes dessas apreciações e depreciações no mercado cambial, está a taxa de juros, que precifica as moedas nacionais nos mercados financeiros. Tendo isso em mente, o gráfico 8 mostra que a taxa de câmbio da moeda chinesa, o *renminbi* (CNY) em termo de dólares americanos – CNY/USD (INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION, 2022), no período não saiu da faixa de 7,70 – 7,90. Apesar de haver poucas alterações na taxa de juros para o CNY, deve-se levar em consideração também a citação acima – é muito mais

viável para o maior exportador do mundo que seus produtos tenham preços competitivos (baratos) do que o contrário.

GRÁFICO 10 - TAXAS DE CÂMBIO DO RENMIINBI CHINÊS (CNY) E REAL BRASILEIRO EM TERMOS DE DÓLARES AMERICANOS (USD) - MÉDIA ANUAL 2011 - 2021



Fonte: Elaborado pelo autor com base no *International Financial Statistics* (FMI) 2022.

Por outro lado, é mais perceptível a influência da crise e da taxa de juros no câmbio do real em termos de dólares (BRL/USD), principalmente em 2015 quando houve fuga de dólares em face à deterioração político-econômica no período, e na baixa violenta da SELIC entre 2017 e 2020. Em 2011, era preciso em média R\$1,67 para comprar um dólar, já em 2021, necessitava-se de R\$5,39 para realizar tal transação – uma depreciação de 223%. A tendência foi acompanhada nos superávits comerciais entre 2018 e 2021, mas o valor instável da moeda atrapalha a mensuração do fluxo de exportações – que parecem ser maiores entre 2011 e 2013. Não por acaso, porém, no ano de 2021, é registrado o maior fluxo comercial em 11 anos, o maior superávit da balança comercial, e o câmbio mais depreciado.

A estratégia cambial para tornar as exportações ao estrangeiro mais competitivas tem um limite óbvio: os seus termos de troca. Se os agentes dependem de importações de bens com alto valor agregado nos seus processos produtivos, muito provavelmente serão prejudicados com uma política cambial de depreciação.

Dependendo da pauta de exportação e importação dos países, esse limite pode ser conhecido e vantagens do comércio internacional podem ser obtidas.

Antes de analisar a pauta de comércio entre Brasil e China, e concluir se há benefícios reais e estratégicos nessa parceria, a próxima seção apresenta as considerações finais da análise macroeconômica das duas economias.

3.3 CONCLUSÕES DA ANÁLISE MACROECONÔMICA

O principal objetivo desse capítulo foi apresentar a diferente realidade entre a China e o Brasil, dois grandes parceiros no comércio internacional, por meio de seus principais indicadores macroeconômicos durante a última década.

Grande parte da análise foi providenciada pelo produto interno bruto das duas economias, e como as demais variáveis macroeconômicas se interconectam com o crescimento. O resultado apresentou grande diferença, como esperado, da China, a segunda maior economia do mundo, em face ao Brasil, um país considerado em processo de desenvolvimento e que se recupera de anos de recessão.

Concluiu-se que a China mostra um resiliente e robusto panorama econômico, com condições ideais de crescimento: alta taxa de investimento, inflação controlada, taxas de juros e desemprego baixas, além de ter uma posição credora no balanço de pagamentos. O Brasil, por boa parte do período, apresentou um panorama contrário: baixo crescimento, em decorrência do baixo investimento, alta inflação, desemprego e política de juros instáveis.

Focando no comércio internacional, foi visto que ambos os países são fortes exportadores, com menores fluxos de importação, e o Brasil tendo em média, 1,65% do seu produto proveniente do saldo da balança comercial. O fluxo de exportação chinesa é muito maior, e sua participação da balança no PIB é de 3,4% em média. Há uma grande importância da demanda externa e da taxa de câmbio para ambas as economias, mas a China, com base nessa análise, se mostra mais como uma economia desenvolvida, de centro, enquanto o Brasil está mais próximo de uma periferia, subdesenvolvida.

Então, segundo algumas teorias econômicas expostas no capítulo anterior, não poderia haver relações comerciais benéficas e justas entre o Brasil e a China. O próximo capítulo investigará esta análise, mostrando as pautas do comércio internacional entre os dois países, para averiguar o quão interconectadas estão suas balanças comerciais, à luz das teorias de comércio e das conclusões aqui retiradas, verificar quais os benefícios e vantagens que ambos obtêm desta parceria comercial.

4. O COMÉRCIO INTERNACIONAL ENTRE BRASIL E CHINA

Após o estudo macroeconômico do Brasil e da China, o presente capítulo parte para a análise da dinâmica do comércio internacional entre ambos os países, inclusive investigando os bens que compõem a balança comercial entre ambos. Para tanto, se organiza a partir de quatro seções. A primeira analisa os principais parceiros comerciais do Brasil, tanto pelo lado das importações quanto das exportações. Na segunda seção, analisa-se a relação bilateral entre Brasil e China tendo as importações como foco, enquanto que a terceira seção analisa a relação bilateral entre os países pelo lado das exportações. Por fim, a quarta seção discute as conclusões da análise, decorrentes da relação comercial entre Brasil e China e suas possíveis vantagens.

4.1 BRASIL E O RESTO DO MUNDO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL – ANÁLISE ENTRE 2011 E 2021 E O SISTEMA HARMONIZADO

Para o primeiro passo da análise do comércio, foi utilizado o Observatório da Complexidade Econômica (OEC) versão de 2022, para verificar tanto a origem das importações, quanto destino das exportações brasileiras, e sua pauta, no período entre 2011 e 2020 - dada a disponibilidade no momento de execução deste trabalho. Como complemento, também foi utilizada a base de dados da *Comex stat*, providenciada pela SECINT, versão de 2022, para analisar também o ano de 2021.

Ao se tratar das importações brasileiras, os dados apontam que no período analisado, a China divide protagonismo com os Estados Unidos (EUA), que chegou a ser o maior vendedor para o Brasil em 2011 e 2016. Juntos, a participação média percentual de importações é de quase 35%, e a participação acumulada (medida em relação ao total em valores US\$, FOB, de todo o período) é de 17,8% para a China, e 16,6% para os EUA. Salvo esses dois países, as importações brasileiras possuem origem diversificada ao redor do globo, com parceiros vizinhos (Argentina), na Europa (Alemanha, França e Itália), e outros parceiros na Ásia e Américas (Coreia do Sul, Japão, Índia e México). O restante do mundo, que são todas as outras origens de importação que não estão contempladas entre os 10 maiores, tem participação média e acumulada em cerca de 36% - muito semelhante à participação dos Estados Unidos

e China somados. A tabela 2 mostra as dez principais economias que vendem produtos ao Brasil entre 2011 e 2020.

TABELA 2 – PARCEIROS COMERCIAIS DO BRASIL POR PARTICIPAÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS (%) ENTRE 2011 E 2020.

Origem	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
China	14,51	15,77	16,82	17,01	18,90	17,24	18,36	19,51	20,62	22,67
Estados Unidos	15,16	14,93	16,01	15,47	15,47	17,69	18,09	18,02	18,72	18,27
Argentina	7,24	7,14	6,89	5,99	5,87	6,27	5,68	6,01	5,60	4,78
Alemanha	6,42	6,46	6,46	5,89	6,32	6,48	5,88	5,95	6,06	6,05
Coréia do Sul	5,24	4,73	4,43	4,05	3,46	3,74	3,50	2,85	2,76	2,86
França	2,39	2,62	2,73	2,49	3,10	3,39	2,84	3,01	2,55	2,26
Itália	2,79	2,81	2,93	2,71	2,60	2,49	2,61	2,51	2,42	2,59
Japão	2,85	2,97	2,67	2,24	2,50	2,11	2,20	2,38	2,28	2,36
Índia	2,48	2,43	2,82	3,04	2,56	1,81	1,94	2,17	2,46	2,57
México	2,14	2,56	2,42	2,18	2,36	2,23	2,52	2,64	2,57	2,28
Resto do Mundo	38,78	37,58	35,84	38,93	36,86	36,55	36,37	34,95	33,95	33,30
Total Σ	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da OEC, 2022.

As importações oriundas da China atingiram a marca de 20% de *share* em 2019 e 22% em 2020, garantindo a posição de maior parceiro comercial do Brasil. Ainda que alguns anos fossem melhores que outros, o segundo lugar, EUA, manteve um fluxo crescente de vendas ao Brasil. Chama a atenção também a participação decrescente da vizinha Argentina, indo de 7,24% de *share* para 4,78% e a Coréia do Sul, de 5,24% para apenas 2,86%. A dependência do resto do mundo em face aos dez maiores parceiros também decresceu, indo de 38,78% para 33,3% no fim do período.

Fechando a análise com dados de 2021, observou-se que o cenário continuou muito parecido, apenas com a Rússia tendo uma maior participação e entrando no 6º lugar no *ranking* anual, enquanto o México perdia *share* (COMEXSTAT, 2022).

Ao focar nas exportações, a tabela 3 mostra a relação com a China em maior evidência: no acumulado, detêm participação de 21,7%, quase duas vezes maior que os EUA, o segundo lugar, com 11,78%. Em 2020, atingiu participação de mais de 31%. Países Baixos e Chile aparecem como importantes compradores dos produtos brasileiros, com participação acumulada de 4,27% e 2,17% respectivamente.

TABELA 3 - PARCEIROS COMERCIAIS DO BRASIL POR PARTICIPAÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS (%) ENTRE 2011 E 2020.

Destino	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
China	17,21	16,75	19,44	18,14	18,31	19,37	21,66	27,10	27,94	31,70
Estados Unidos	10,38	11,13	10,50	12,22	12,59	13,19	12,37	12,40	13,42	10,20
Argentina	8,83	7,32	8,27	6,40	6,64	7,15	8,04	6,35	4,33	4,00
Países Baixos	5,00	5,60	5,65	4,99	4,15	3,72	3,40	3,48	3,20	3,13
Alemanha	3,95	3,39	2,94	3,10	2,96	2,95	2,45	2,28	2,20	2,05
Japão	3,74	3,27	3,44	3,10	3,07	2,51	2,42	1,88	2,43	1,97
Chile	2,14	1,90	1,91	2,25	2,10	2,22	2,32	2,73	2,32	1,84
México	1,58	1,65	1,55	1,65	1,86	2,04	2,11	1,99	2,22	1,85
Índia	1,29	2,32	1,39	2,23	1,96	1,80	2,20	1,70	1,29	1,40
Coréia do Sul	1,93	1,87	2,04	1,78	1,89	1,57	1,43	1,48	1,57	1,78
Resto do Mundo	43,96	44,81	42,86	44,14	44,48	43,49	41,61	38,59	39,08	40,08
Total Σ	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da OEC, 2022.

Destaca-se novamente a participação decrescente da Argentina durante o período, que caiu mais da metade. As exportações para a Alemanha decresceram de maneira similar e Países Baixos perdeu participação em menor magnitude a partir de 2016. Todos os demais mantiveram um fluxo regular, e o resto do mundo, contra os dez maiores, apresenta maior importância relativamente à importação, com o acumulado de 42,30%. Isso mostra que além do Brasil ter como maiores clientes os chineses e os americanos (sendo o *share* acumulado dos dois em 33,5%), há uma gama muito grande e diversificada de parceiros comerciais.

Quanto ao quadro de exportações para o ano de 2021, a China atingiu 31% de participação nas exportações do ano, quase 3 vezes maior que o segundo lugar, os EUA (11%). O quadro é bem parecido com o acumulado 2011-2021, mas se destaca a Singapura (*share* de 2,07%) e Espanha (*share* de 1,93%) entre os maiores importadores de produtos brasileiros (COMEXSTAT, 2022).

Com a ajuda do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (SH), é possível investigar quais são os produtos que compõem a pauta

de exportação, importação e seu grau de complexidade. O sistema ordena e codifica as mercadorias em 21⁴ seções que cobrem 97 capítulos, que estão organizados crescentemente em ordem de complexidade (SISCOMEX, 2022). A seção I, de “Animais vivos...”, por exemplo, cobre o capítulo 01 (“Animais vivos”) até o 05 (“Outros produtos de origem animal...”). O capítulo 97 se encontra na última seção de complexidade (XXI), “Objetos de arte, de coleção e antiguidades”, e representa os produtos com a mesma denominação, o que se entende como o maior grau de complexidade do sistema (OEC, 2023).

Uma mercadoria geralmente é classificada com um código de 6 dígitos, que inclui o seu capítulo (##), a posição dentro do capítulo (##) e sua subposição dentro da posição (##). Um carro médio se enquadraria na classificação 87.03.23: na seção XVII, “Material de transporte”, capítulo 87, “Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres...”, posição 03, “Automóveis”, e na subposição “Automóvel de tamanho médio”. Com base nesse sistema, aceito em todo o mundo, e coletando os dados do OEC, pode-se construir uma análise completa da pauta exportadora e importadora no período, com base na relevância dos produtos classificados nessa codificação, com base no seu valor FOB em dólares americanos.

Olhando para o lado das importações brasileiras de maneira geral, considerando todos os parceiros comerciais no período considerado, as seções predominantes, em ordem de participação são: XVI – Máquinas e aparelhos, VI - Produtos da indústria química, V- Produtos minerais, XVII – Material de transportes e XV – Metais comuns. Porém, em participação absoluta, os produtos mais comprados de outros países são os da categoria do petróleo refinado (participação acumulada de 6,56%), petróleo cru (4,05%), motores, peças e acessórios de veículos (3,64%), carros (3,06%) e outros combustíveis e gases derivados de petróleo (2,3%).

Já as exportações acumuladas, estão mais presentes nas seções V – Produtos minerais, II – Produtos do reino vegetal, IV – Indústria alimentar, XVII - Material de transporte e XVI – Máquinas e aparelhos. O produto mais exportado foi o minério de

⁴ Na OEC, são apresentadas 22 seções, com essa última sendo “Não específico”, cobrindo o capítulo 99 (“*Commodities* não especificados em nenhum gênero”). Toda a denominação do sistema usa tradução nossa.

ferro (11,2%), seguido pelo grão de soja (10,4%), petróleo cru (8,08%), açúcar puro (4,7%) e carne de aves domesticadas (2,94%).

Nesse retrato, já se nota que o Brasil depende de importações de produtos mais complexos como máquinas e produtos químicos, enquanto tem exportações predominantes em minerais e vegetais. Mas não é uma regra absoluta, visto que há uma participação relevante na exportação de produtos mais complexos como a de carros (quase atingindo 2% do acumulado) e aviões, helicópteros e outras aeronaves (1,84%). Petróleo e outros produtos derivados deste acumulam 12,91% da pauta de importação brasileira, que também exporta o mineral na sua forma crua.

De forma geral, pode se dizer que o Brasil possui uma rica parceria com economias relevantes no cenário global, tendo ainda uma pauta importadora composta por bens de capital e de infraestrutura produtiva, enquanto aproveita suas vantagens comparativas para exportar bens de natureza mineral, vegetal e bens complexos em menor magnitude.

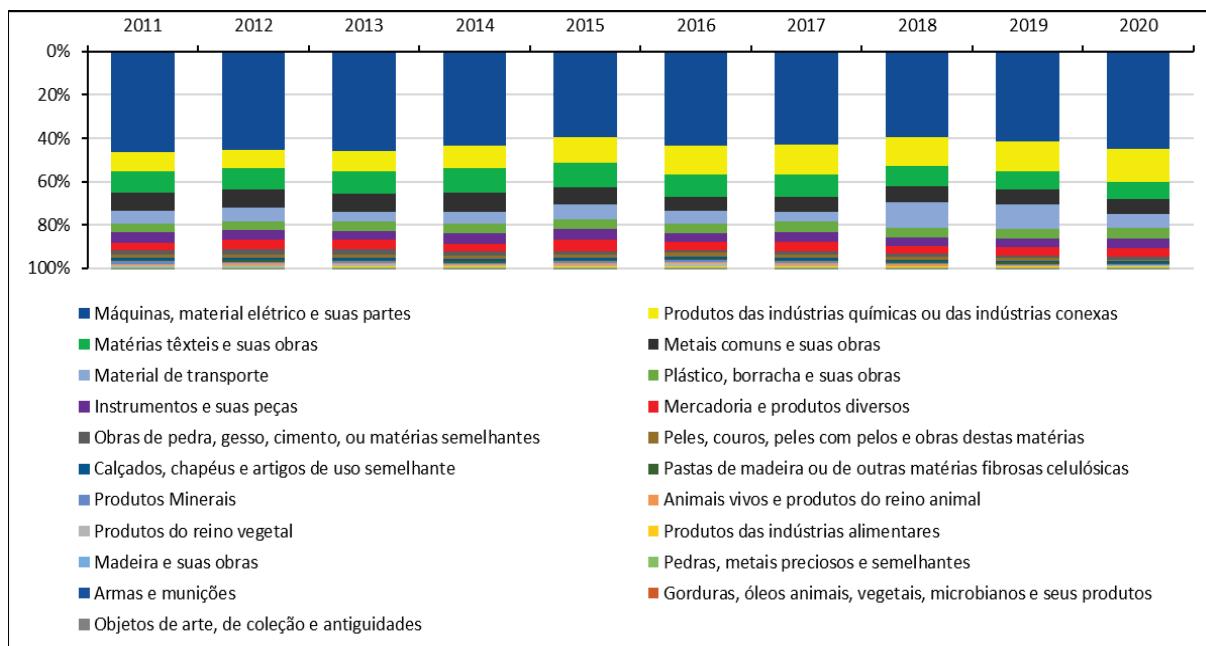
A seguir, a análise bilateral com o maior parceiro comercial, a China, verificará o quão próximo do quadro geral estão as importações brasileiras e as possíveis implicações e vantagens que essa parceria gera para a economia.

4.2 ANÁLISE BILATERAL BRASIL E CHINA – IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS

Entre 2011 e 2021, o Brasil importou da China cerca de US\$ 396 bilhões FOB em diversas mercadorias. A solidez macroeconômica do principal parceiro comercial brasileiro, que, como visto no capítulo anterior, possui altas taxas de crescimento relativas, com níveis excelentes de investimento, podem ajudar a explicar a composição da pauta exportadora chinesa: durante a década, a maior parte das mercadorias enviadas ao Brasil consistiu em produtos de alto valor agregado.

É possível observar no gráfico 11, que mais de 40% das exportações acumuladas da China para o Brasil até 2020 são classificadas na seção XVI, “Máquinas, material elétrico e suas partes”, mantendo níveis muito próximos durante todo o período.

GRÁFICO 11 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA PAUTA EXPORTADORA CHINESA AO BRASIL: 2011 A 2020, POR SEÇÃO.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da OEC, 2022.

Outras seções de mercadorias que se destacam são os produtos químicos (seção VI com *share* acumulado de 11,78%), os têxteis (XI, 9,89%), metais comuns (XV, 7,56%) e ainda os materiais de transporte (XVII), que atingiram participação de 7% no acumulado. Destaca-se ainda, que essa última atingiu participação acima de 10% nos anos de 2018 e 2019.

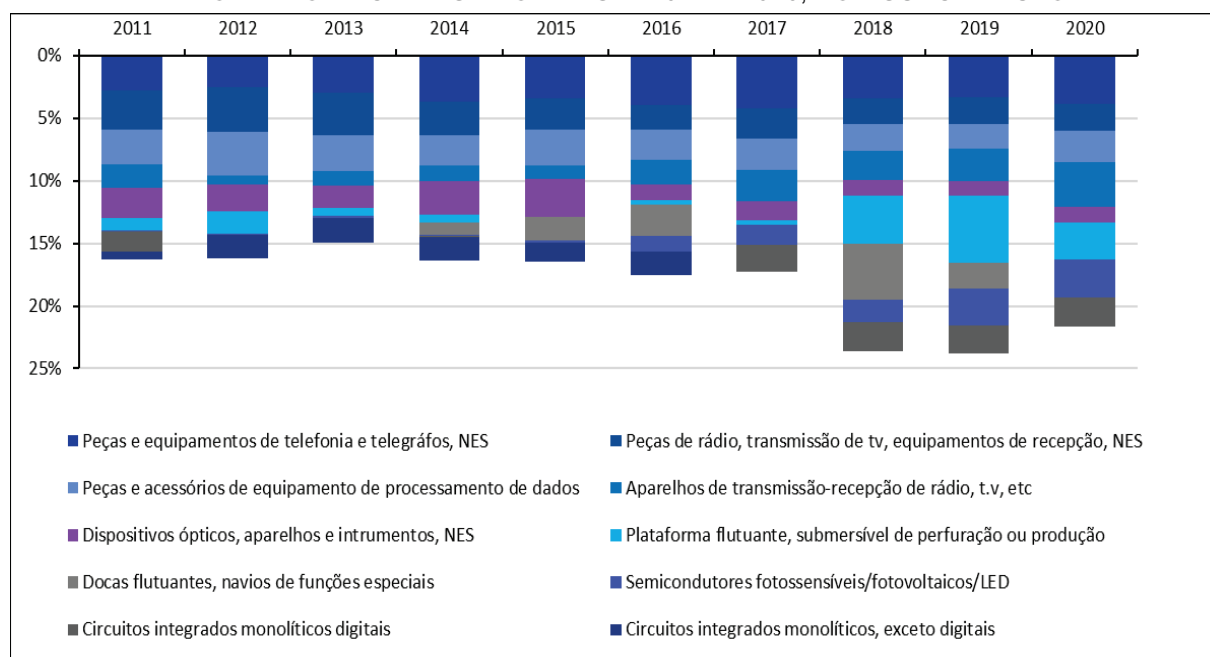
Os produtos derivados de plástico e borracha (seção VII), instrumentos (XVIII) e diversos (XXII) também tem participações significativas no acumulado, com 4,51%, 4,33% e 4,0% em relação ao total, respectivamente. Cerca de 10% do acumulado é formado pelo restante das seções de mercadorias, sendo elas, produtos mais incomuns ou de baixo valor agregado, das primeiras seções do sistema.

Segundo os dados do ComexStat (2022), o ano de 2021 mostrou um retrato similar, porém com participação da seção das máquinas e aparelhos (XVI) atingindo 47%, e a seção dos produtos químicos (VI) atingindo 20%, provavelmente em decorrência das importações das vacinas da COVID-19. Isso pode ser explicado por

uma análise mais detalhada, a fim de investigar quais são as 10 mercadorias mais importadas em relação ao total da década, independentemente de sua seção.

Esse recorte reforçou a importância tecnológica da importação brasileira oriunda da China, com a sua grande maioria sendo itens da seção XVI, e com algumas participações relativamente altas dos itens da seção de transportes (XVII) e dispositivos / instrumentos (XVIII), seções mais complexas, conforme visto no gráfico 12.

GRÁFICO 12 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS 10 MAIORES ITENS DA PAUTA EXPORTADORA CHINESA AO BRASIL: 2011 A 2020, POR SUBCAPÍTULO



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da OEC, 2022.

Peças e equipamentos de telefonia e telégrafos, NES – *não especificado em outros capítulos* – lideram a participação acumulada com 3,39%, seguido por peças, equipamentos para transmissão e recepção de TV e rádio, também não especificados em outros capítulos e peças e acessórios para equipamentos de processamento de dados, empatados com participação de 2,61% cada. O quarto lugar é ocupado pelos aparelhos de transmissão e recepção de rádio e TV (*share* de 1,88%), e outras mercadorias da seção XVI, compostas por semicondutores e circuitos integrados. Com maior grau de complexidade, estão as docas e plataformas flutuantes – da seção (XVII), com participação de quase 3% juntas. Os dispositivos, instrumentos e aparelhos NES, que são mais ainda mais complexos (XVIII), sendo geralmente

câmeras, ferramentas e medidores de precisão, obtiveram participação acumulada de 1,87%.

Destaca-se ainda, a maior participação acumulada nos anos 2018 e 2019 – já em tempos de sanções e guerras tarifárias com os Estados Unidos, o segundo maior exportador para o Brasil. Em 2019, cerca de 24% da pauta estava concentrada nessas 10 mercadorias, com o acumulado da década sendo 18%. Essa observação aponta como as exportações chinesas ao Brasil são bem diversificadas, com uma grande gama de mercadorias enviadas.

Somados a 2021, um grande ano para importações com origem chinesa, que atingiram quase US\$ 48 bilhões (em 2020 foram US\$ 36 bilhões, um aumento de cerca de 33%), os 10 maiores itens somam, aproximadamente, o valor de US\$ 76,1 bilhões desde 2011. Ainda sobre 2021, se destaca a maior participação de semicondutores/emissores de LED (5% de participação, ocupando o primeiro lugar) e vacinas para medicina humana, atingindo 5% de participação, no quinto lugar. Esses números provavelmente representam a importações da vacina CoronaVac, uma das primeiras a serem utilizadas no Brasil e responsável por uma grande diminuição de mortes nos estágios iniciais da vacinação, o que possibilitou a abertura da economia, iniciando o encerramento dos *lockdowns* (GAMBA; RIGHETTI, 2021).

Em suma, recurso tecnológico é o que a China proveu ao Brasil, tendo uma pauta exportadora de bens de alto valor agregado, de repertório técnico elevado, como peças de equipamentos de T.I, químicos, plataformas de extração e outros instrumentos, itens que tradicionalmente, há poucos anos, eram só trazidos por outros parceiros, como Japão, Estados Unidos e Alemanha. A seguir, será analisado o outro lado do fluxo, e quais são os produtos que o Brasil proveu ao mercado chinês. Só a partir da análise bilateral completa, poderá ser pontuado como as estratégias de comércio sino-brasileiras podem ser benéficas para ambos.

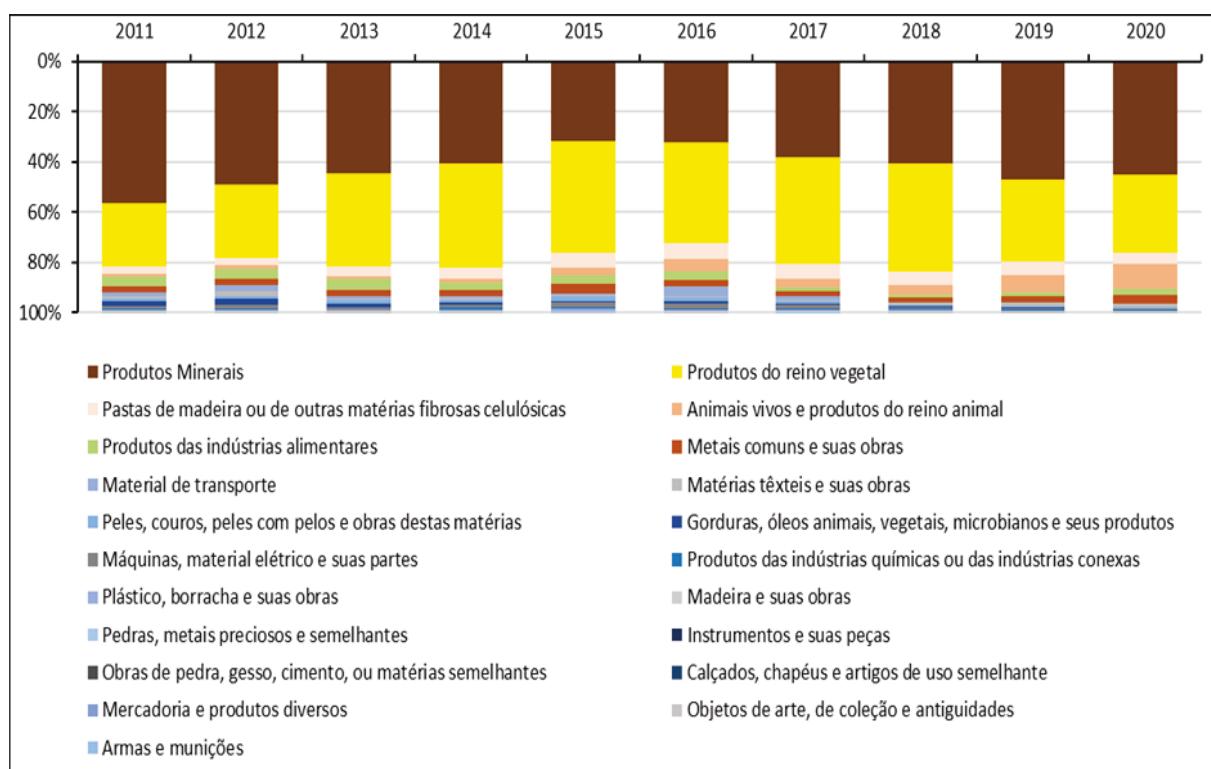
4.3 ANÁLISE BILATERAL BRASIL E CHINA – EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

Nessa seção, foi estudado o fluxo de exportações brasileiras à China, durante o mesmo intervalo temporal, usando os mesmos métodos. O resultado, porém, foi

muito diferente. A relação comercial bilateral entre Brasil e China reflete um dos principais motivos dos países comercializarem, que são suas diferentes dotações.

Dos cerca de US\$ 574,5 bilhões em mercadorias enviadas à China no período, percebe-se de imediato no gráfico 13 que as seções dos minerais (V) e produtos vegetais (II), as primeiras em nível de complexidade, juntas, sempre somaram cerca de 80% de participação.

GRÁFICO 13 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA PAUTA EXPORTADORA BRASILEIRA À CHINA: 2011 A 2020, POR SEÇÃO.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da OEC, 2022

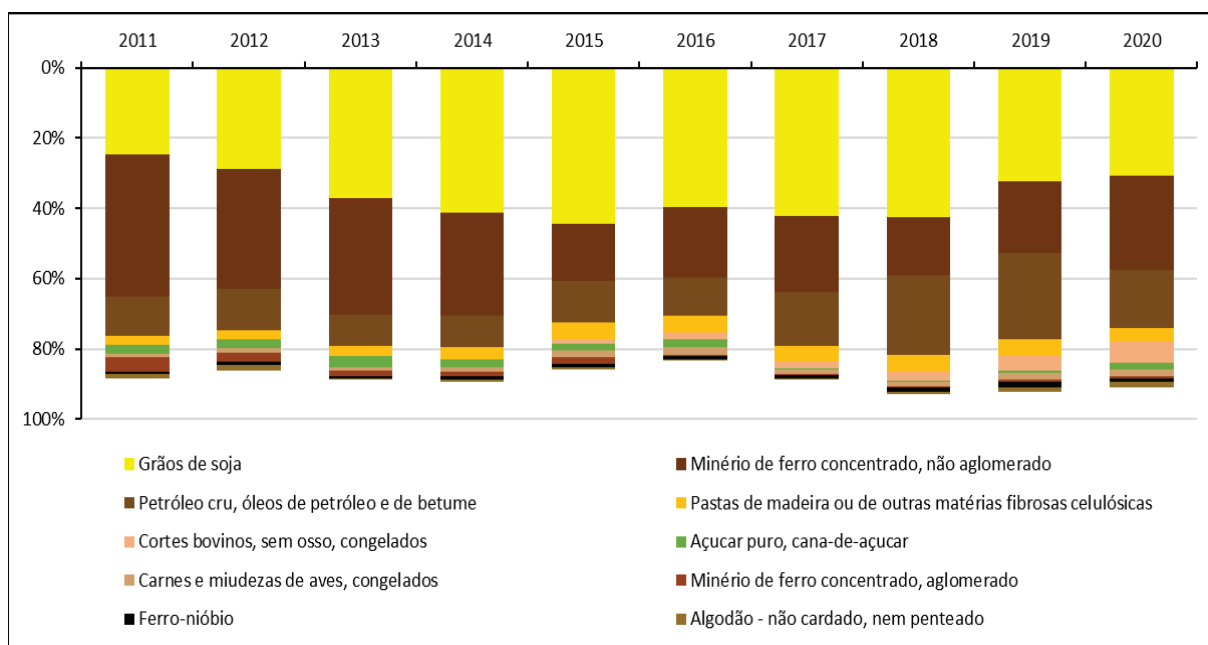
O acumulado de ambas as seções conta exatos 79,44% do total, com os produtos minerais dominando o primeiro lugar até 2013 (atingindo 44,55% de *share*). Depois de perder a posição para os produtos do reino vegetal em 2014 a 2018, volta a ter uma significativa posição a partir de 2019 (47,36%), fechando 2020 com acumulado de 43,22%.

A segunda posição no absoluto, com acumulado de 36,22%, a seção de produtos do reino vegetal, manteve a maior participação por 4 anos, chegando a atingir 44,73% em 2015. Já acima do nível de 80% de participação, estão as seções da indústria do papel (pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas,

X), com participação de 4,77% e a seção de animais vivos e produtos do reino animal (I), com 4,22% de participação no acumulado.

Ao contrário das mercadorias chinesas importadas, qual o recorte das 10 maiores participações tinha leve significância em relação ao total (cerca de 18%), concentrados em sua maioria na seção de máquinas e suas peças (XVI), os 10 maiores itens brasileiros exportados, como podem ser vistos no gráfico 14 são muito mais significativos e refletem a concentração de mercadorias do gráfico 13.

GRÁFICO 14 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS 10 MAIORES ITENS DA PAUTA EXPORTADORA BRASILEIRA A CHINA: 2011 A 2020, POR SUBCAPÍTULO.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da OEC, 2022.

Observa-se claramente que apenas esses 10 itens correspondem em mais de 80% em relação ao total da pauta exportadora em todo o período. A seção dos minerais ocupa a primeira posição devido à grande participação do minério de ferro (25,48% de *share* no acumulado) e do petróleo, óleos e betume (15,19%) no total. Mas a soja em grãos é o item mais exportado em absoluto, com o acumulado de 36,11% em 2020, chegando a atingir quase 45% em 2015.

Quanto ao restante das mercadorias do recorte, todas pertencem às seções dos minérios (V), animais (I) e madeira (X), ou seja, produtos de menor grau de complexidade. Em 2021, o acompanhamento do *Comex stat* mostra que essa

tendência se manteve, mas a exportação de minério de ferro assumiu o maior *share*, com 32%, junto com o aumento de importação de carne bovina por parte dos chineses a partir de 2019, que enfrentavam dificuldades em seu mercado interno (EL PAÍS, 2019). Em 2020, os cortes bovinos atingiram 5,95% de participação. Em 2021, foram 4,44%.

Então, entende-se de primeiro momento, que a assimetria das pautas de exportação entre China e Brasil – qual cerca de 80% são dominadas por bens minerais, soja e outros alimentos – sugere uma complementaridade, que pode ser considerada como uma troca na ótica das vantagens comparativas. China, como grande potência industrial e com um grande *hub* tecnológico, prefere “suprir” parte dos seus recursos naturais importando-os do Brasil, enquanto este detém os recursos tecnológicos que não produz com o superávit do comércio dos bens naturais.

Porém, é preciso se atentar em alguns pontos, quais podem explicar melhor as vantagens presentes nesses dez anos de comércio analisados, e os próximos que virão. Também, não só vantagens, mas também impasses podem ter surgido na relação – pelo menos para uma das partes. A próxima seção levantará alguns estudos e observações que mostram que a parceria sino-brasileira é muito mais complexa para ambas as partes do que se aparenta ao analisar a assimétrica pauta de comércio, apresentando mais vantagens do que se percebe, e alguns riscos, quase exclusivamente para o Brasil, um país com desequilíbrios macroeconômicos mais presentes e forte exportador de *commodities*.

4.4 AS POSSÍVEIS VANTAGENS DA RELAÇÃO COMERCIAL SINO-BRASILEIRA

Analisando as pautas de comércio cuidadosamente, é possível identificar algumas vantagens que a parceria sino-brasileira trouxe e pode ainda trazer para ambas as partes. Talvez a mais forte e com um grande potencial nesses tempos, seja o modelo que o Brasil vem utilizando muito na indústria automobilística: a montagem e fabricação de produtos eletrônicos nacionais advindos de “*kits*” importados da China. Há também a grande desvantagem em depender da exportação de bens naturais, que geralmente tem baixa elasticidade renda da demanda, não geram encadeamentos na economia, e quando há choques na China e/ou valorização no mercado, resultam em aumento de preços de alimentos e prejuízo para a população

brasileira. Porém, uma estratégia de adição de valor nas *commodities*, políticas e investimentos em certos produtos, podem inserir o país em um posicionamento vantajoso em um futuro próximo, onde a energia verde e a sustentabilidade importam cada vez mais, e a China e os EUA protagonizam uma espécie de “guerra fria” que abalam as cadeias de suprimentos.

4.4.1 Fortalecimento da indústria brasileira, know-how, e oportunidades oriundas das sanções americanas à China por meio do modelo de indústria CKD e SKD.

Conforme estudado na trajetória histórica da relação comercial sino-brasileira, houve uma grande preocupação dos mercados locais sobre a questão da dominação chinesa, que por meio das suas agressivas exportações, passou a ter representatividade em segmentos que não eram tradicionalmente seus (BARBOSA; MENDES, 2006). Parte desses temores foram justificados, já que hoje, a China domina uma grande fatia de mercado em diversos segmentos, inclusive no automobilístico. Seu desenvolvimento tecnológico foi tão bem-sucedido, que em meio a guerra comercial de 2018 contra os EUA, o governo Trump decidiu executar sanções que baniram algumas empresas de telecomunicações, como a Huawei, e tentam impedir a presença de tecnologia chinesa nos mercados americanos. Essas sanções foram ampliadas recentemente por Biden (THE ASSOCIATED PRESS, 2021).

Tendo em mente que os principais itens importados da China pelo Brasil foram peças ou partes de produtos da seção XVI, muitas não classificadas em outros capítulos (NES), e pouca participação de mercadorias completas, é provável que nessa última década, os modelos de indústria CKD – *complete knock-down* – e SKD – *semi-knocked-down* - foram utilizados pelas empresas brasileiras para “nacionalizar” esses produtos. Essa prática que sempre foi utilizada pelas multinacionais automobilísticas ajuda a fomentar o emprego e indústrias locais, e pode, ao mesmo tempo, abrir mercado para os produtos chineses, que cada vez mais, perdem o rótulo de serem inferiores, de baixa qualidade, e “fogem” das sanções americanas.

As empresas multinacionais, como as da indústria automobilística ou de linha branca, podem aplicar a estratégia SKD, onde os “*kits* semi-desmontados” de suas

peças e partes são enviados via exportação para facilidades de outros países, que por sua vez, montam o produto, transformando-os em mercadoria nacional e os comercializam. Há vários motivos para adotar essa prática, como mão de obra barata, incentivos - ou até “dribles” - fiscais naquele país, regulações do comércio internacional, economia logística, entre outros. Como os *kits* são semi-desmontados, não é preciso grande nível técnico, mão de obra qualificada ou grande investimento para montá-los. Para países com tecnologia e mão de obra um pouco mais qualificada, pode haver até a adoção do *CKD* – os *kits* são completamente desmontados (MILLER, 2000).

Miller (2000), porém, aponta que os termos “*kits*”, “semi” – ou “completamente desmontados” trazem a ideia de algo que já foi montado antes, e ressalta que as peças e partes são na verdade acumulados originalmente produzidas, enviadas em grandes volumes aos fabricantes, originários de vários fornecedores diferentes, e não como uma caixa de itens prontos e contados para serem montados.

Com o Brasil possuindo a zona franca de Manaus, seu mercado aquecido a partir dos anos 2000, essa prática se tornou comum entre as grandes marcas, multinacionais e principalmente, montadoras chinesas que atuam no país (THORSTENSEN, 2011).

Mas os dados da OEC apontaram que durante 2011 e 2021, foram as peças e partes de produtos de telefonia, rádio, tv, processamento de dados e instrumentos ópticos que estão mais presentes na pauta de exportação chinesa, e não peças da indústria automobilística ou de linha branca. Apesar de haver uma grande presença de semicondutores e circuitos integrados, que fazem parte de quase toda mercadoria hoje em dia, são fortes os indícios de que a indústria que esteja aproveitando esse modelo de crescimento é a da tecnologia, vigilância e de telecomunicações, os maiores alvos das sanções americanas contra a China (FITZGERALD, 2022).

Desde 2011, a inclusão digital, a crescente velocidade de transmissão de dados, banda larga, a nuvem e a evolução dos *smartphones* aumentou a demanda por modems e *routers*, que são necessários para os provedores de internet comercializarem seus serviços. Além disso, a crescente necessidade por cada vez mais computadores, celulares, tablets e notebooks, que atingiram o ápice na pandemia do COVID-19, com a introdução dos *lockdowns* e obrigação da implantação do ensino e trabalho remoto, criaram uma grande oportunidade de mercado interno para esses produtos (BAJARIN, 2020). Até mesmo o aumento da criminalidade no

Brasil, um país relativamente violento, oferece oportunidades para o mercado de tecnologia chinesa, que possuem os maiores *players* da indústria das câmeras e sistemas de segurança – os CFTV⁵ (RE, 2022; CADELL, 2019).

Mas, as multinacionais da tecnologia e algumas marcas brasileiras, como a Intelbras SA (focada em telefonia e sistemas de segurança), Positivo Tecnologia e Multi (computadores e outros acessórios), na maioria das vezes não importam as mercadorias finalizadas dos chineses, mas sim suas peças em CKD ou SKD, e o restante do processo de fabricação e montagem é feito nacionalmente, criando produtos brasileiros.

Apesar da prática ser custosa – muitas vezes, seria mais barato importar o produto pronto para revendê-lo - e depender da parceria de fornecedores chineses, há muitos incentivos e benefícios para empresas para tal, como a preferência de produtos nacionais em algumas licitações públicas, como o decreto Nº 7.174 (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2010), diversas facilidades da esfera tributária, vantagens locacionais e de investimento providos pelo governo federal (TIROLI, 2014). Isso porque esse tipo de atividade tem grande potencial para gerar encadeamentos e empregos na indústria.

Como reiterado por Miller (2000), os “*kits*” na verdade não são conjuntos fechados, mas um conjunto de peças. Na indústria local da informática, é comum completar os conjuntos CKD e SKD com outros componentes nacionais, como cabos, adaptadores e/ou outros itens mais básicos produzidos na Zona Franca de Manaus. Além disso, há as embalagens, a logística, e a mão de obra total envolvida em todas as atividades. Após isso, os produtos serão vendidos no varejo para o consumo das famílias, ou se tornarão investimento em empresas e órgãos do governo. Esses são alguns exemplos de encadeamentos para frente e para trás que a prática traz.

Como base nessas observações, pelo estudo de caso da Intelbras SA por Tirolli (2014) e a própria perspectiva do autor em relação às atividades desenvolvidas na indústria da informática, é entendido como benéfico a crescente importação de partes e peças de bens de T.I e *smartphones* chineses, como no caso da Positivo e Multi; partes e peças de equipamentos de telecomunicações, por parte dos provedores de internet e telefonia - que fornecem os equipamentos aos seus clientes

⁵ Circuito fechado de televisão, em inglês: closed-circuit television, CCTV. Geralmente englobam o conjunto de câmeras de segurança, gravadores e/ou armazenamento da nuvem.

- , a Intelbras SA, que também fabrica telefones fixos, sistemas de interfonos, rádio comunicadores, além de câmeras de segurança (que são classificados como instrumentos ópticos no SH, assim como as câmeras de notebook e celular), e todo o CFTV. Mas não apenas para essas e demais companhias brasileiras: como destacava Thorstensen (2011), esses encadeamentos positivos já eram possíveis com a atuação das multinacionais, principalmente no setor automotivo. Porém, quando são empresas de capital 100% brasileiro, essas positivities tendem a ter proporções ainda maiores (TIROLI, 2014). Uma dessas proporções pode ser considerada, no longo prazo, o saber fazer – *know how* – que os colaboradores dessas empresas absorvem da China, por meio do controle de qualidade e compatibilidade de sistemas.

Conforme o estudo de caso de Tirolli (2014), que se mostra muito parecido com o observado pelo autor em outra empresa de tecnologia, os componentes chineses são competitivos e de baixo custo, o que os torna seu uso muito vantajoso, mas com o impasse da enorme distância geográfica, a alta complexidade dos sistemas eletrônicos e os inúmeros fornecedores SKD e CKD diferentes, o controle de qualidade dessas empresas precisa atuar fortemente, aplicando auditoria em fábricas chinesas, vários testes em amostras e um completo acompanhamento técnico para garantir que todos os sistemas sejam compatíveis. O resultado desse esforço é uma contínua melhoria de qualidade administrativa dos parceiros chineses, e melhorias técnicas de seus produtos, que muitas vezes podem não atender as exigências de outros mercados, como o brasileiro. No processo, ambas as partes trocam conhecimentos e *expertise*, principalmente os times de negócios e engenharia.

A distância geográfica, linguística e cultural torna-se então, outra oportunidade. Como essas empresas, anteriormente ao processo de qualidade, não conheciam o mercado brasileiro, e as particularidades que as preferências locais trazem, ter um intermediário como a Intelbras SA ou Positivo Tecnologia é vantajoso, à medida que usa esses como canais de distribuição de seus produtos, sem a necessidade de se tornar uma empresa “alienígena”, que pode acabar não se adaptando ou não tendo aceitação no mercado local. Além disso, as empresas locais não precisam se preocupar com a competição desses, que são firmas com preços altamente competitivos (TIROLI, 2014).

Outra grande oportunidade, é a relação instável entre China e EUA, que nos últimos anos, nesse exato segmento, o último vem adotando medidas que acabam

“sabotando” as empresas chinesas. Se essa situação perdurar, essas empresas, cada vez mais, precisarão buscar outros mercados e outras formas de recuperar seu *share*. Especialistas analisam que essa rivalidade estratégica não tem fim previsto, e essa nova guerra fria coloca toda a cadeia de suprimentos global e livre comércio em bipartição, ameaçando a atuação dos chineses em outras localidades. (REUTERS, 2022). Como o Brasil já é um parceiro consolidado de ambos, as empresas locais podem obter maior poder de barganha, e/ou adotar parcerias mais aprofundadas, pelo interesse mútuo de aumentar seus negócios, enquanto os chineses procuram novos mercados e os americanos procuram assegurar seu domínio na tecnologia.

Quanto às oportunidades oriundas das exportações brasileiras, em razão das limitações macroeconômicas do país, e a natureza de sua pauta, cuja maioria advém de culturas e extrações minerais, acabam sendo mais complexas, e numa perspectiva industrialista ou até mesmo desenvolvimentista, inexistentes. Porém, não se pode ignorar o grande superávit que essa parceria traz ao Brasil, e como numa visão de longo prazo, agendas de agregação de valor podem gerar outros encadeamentos.

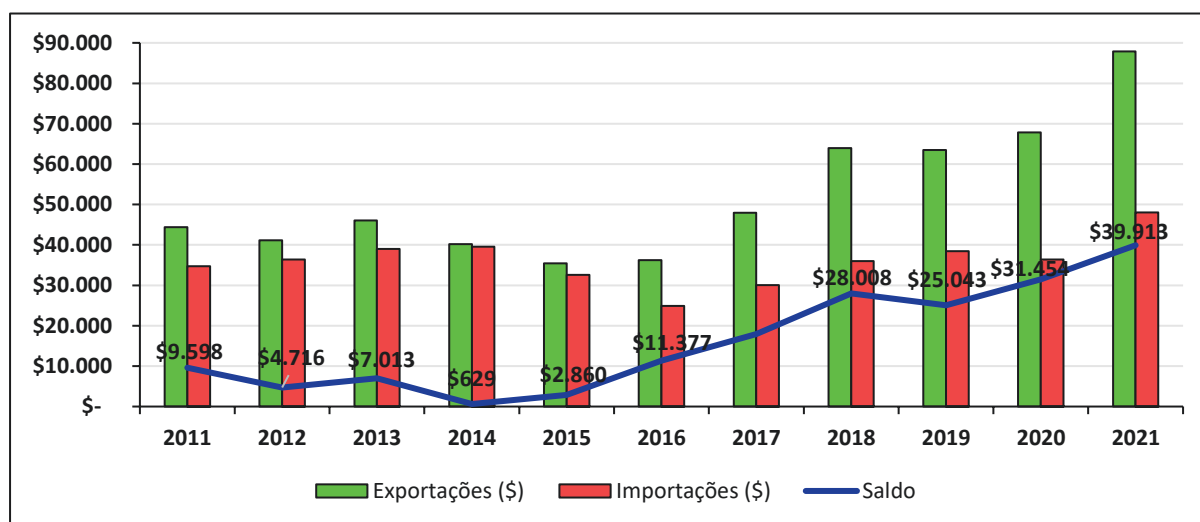
4.4.2 O problema da pauta primária de exportação, suas limitações para a economia e possíveis vantagens comerciais para os próximos anos

Apesar da indústria nacional de eletrônicos via SKD e CKD ser vantajosa para a dinâmica econômica de alguns setores e ajudar o desenvolvimento e encadeamentos em certas regiões, como o polo industrial de Manaus, os produtos em sua vasta maioria, são destinados ao mercado interno. Não havendo a mesma economia de escala e vantagens competitivas que as grandes marcas do ramo, a exportação desses produtos é inviável, salvo alguns mercados da América Latina, África e México (TIROLLI, 2014). Como o retrato da pauta exportadora aponta, o forte do Brasil são as exportações de produtos minerais e vegetais, com grande dependência da demanda chinesa.

Contudo, há várias críticas ao modelo de negócios agro e minério-exportador, como a teoria centro-periferia (PREBISCH, 1949 apud SWART, 2007, p.70) e o menor efeito de encadeamentos em indústrias de bens com baixo valor agregado apontados por Kaldor (SILVA; LOURENÇO, 2017). Mas, a deterioração dos termos de troca não aparenta ter ocorrido quando se observa que a troca com a China se mostra

superavitária nos últimos 10 anos, de acordo com os dados da OEC e *Comex Stat*. O gráfico 15 mostra que a exportação dos bens brasileiros, ainda que em menor valor agregado, cobriu as importações chinesas, e resultou em grandes superávits.

GRÁFICO 15 – SALDO COMERCIAL BRASILEIRO COM A CHINA EM FOB US\$ MILHÕES: 2011-2021



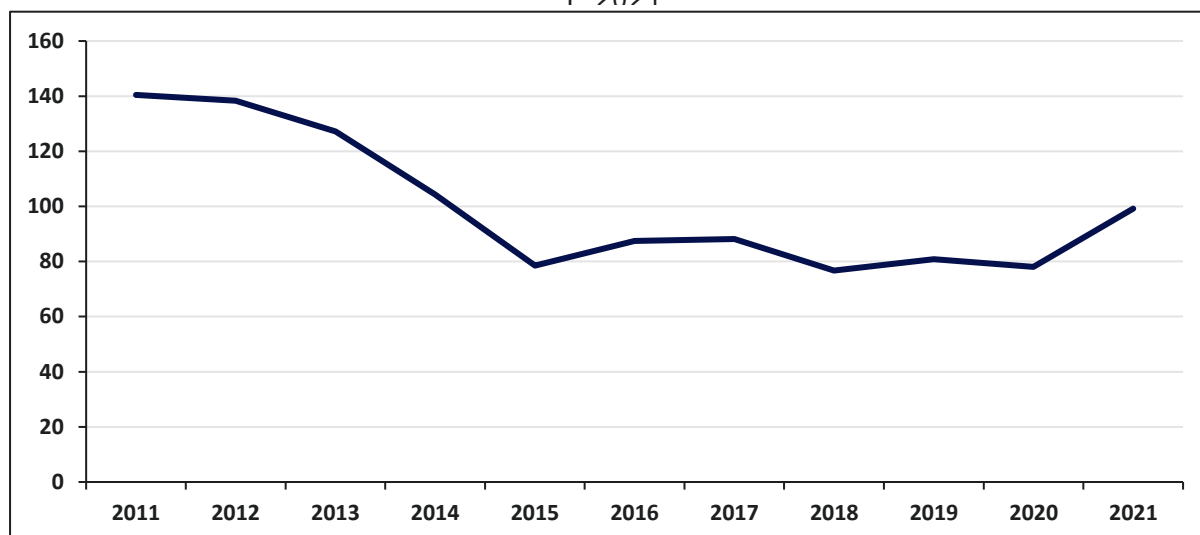
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da OEC e Stat Comex, 2022.

No começo da década, os superávits comerciais estavam abaixo dos 10 US\$ bilhões, atingindo a mínima de 629 US\$ milhões em 2014. Em 2016, os superávits atingem 11 US\$ bilhões, iniciando uma tendência de crescimento, fechando o período com mais que o triplo de saldo superavitário. Mas, anteriormente, já foi apontado como as recessões e o fim do ciclo das *commodities* impactou a economia brasileira a partir de 2014. O efeito é parecido em relação à demanda Chinesa, o principal destino desses produtos brasileiros. Além disso, vale ressaltar que a desvalorização cambial da moeda brasileira contribui sobremaneira para esse resultado positivo do valor das exportações brasileiras.

Como o gráfico 14 mostra, o índice Bloomberg de preços de *commodities* decresceu abruptamente entre 2011 e 2015, e a partir daí, o índice variou entre 100 e 80, e fechou 2021 com um acelerado crescimento, quase em paralelo com o crescimento brasileiro no gráfico 1 (variação do PIB) e o saldo comercial geral, como visto no gráfico 9. A partir de 2021, *commodities* começaram a valorizar novamente, devido à retomada das principais economias depois da crise do COVID-19, principalmente a China. Essa dinâmica, junto à desvalorização cambial, pode explicar

como a pauta exportadora apresentou superávits tão altos em relação às importações chinesas a partir de 2017. Mas também mostra como ciclos de valorização de *commodities* são temporários e limitados para o resto da economia.

GRÁFICO 16 - ÍNDICE DE COMMODITIES BLOOMBERG, FINAL DO PERÍODO - 2011
F 2021



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do *Wall Street Journal*, 2022.

Como a análise macroeconômica do capítulo anterior apontou, esses superávits, apesar de contribuírem para o PIB, muito pouco contribuíram para o investimento, visto que o mesmo permaneceu quase estático no período, enquanto o desemprego cresceu em paralelo ao aumento dos superávits a partir de 2014. Além disso, somadas às outras fragilidades macroeconômicas, como a moeda desvalorizada e perda do poder de compra, os cíclicos e instáveis *booms* de *commodities* podem até prejudicar a vida de brasileiros devido aos altos preços de alimentos. Em uma ótica do modelo Heckscher-Ohlin, os ganhadores são a concentração de agricultores, e detentores de *royalties* da mineração, enquanto os residentes perdem com o aumento dos preços. Mas é mais difícil verificar o bem-estar geral nessa situação.

Conclui-se então, que quando analisada a pauta exportadora do Brasil para a China, levando em consideração não apenas seus superávits, mas também suas características gerais e contribuição a economia local, nas circunstâncias analisadas, esse tipo de troca pode não ser tão benéfica para o Brasil.

Mas há alguns pontos a serem ponderados. Alguns analistas preveem mais um ciclo positivo de *commodities* por vir, evidenciado com o índice de *commodities*

Bloomberg fechando em 112, 81 pontos em 2022. A melhora na performance de mercado desses bens nos últimos dois anos é resultado da já citada retomada econômica pós-pandemia, guerra entre Rússia e Ucrânia, dois grandes cultivadores de grãos, e otimismo em relação a China, que acabou de vez com sua política de “*covid zero*”, fator que impedia a sua retomada acelerada, prometendo aquecer a demanda por petróleo, minério de ferro e a soja novamente (HUME; TERAZNO, 2021; GLUYAS, 2023).

Além disso, numa perspectiva de longo prazo, a questão da governança ambiental, social e corporativa (ESG) ganha mais importância na discussão econômica, e formas limpas de energia, que dependem de certos recursos naturais, estão cada vez mais valorizadas. Um exemplo disso é alguns minérios com composição de lítio, usados como matéria prima de baterias, como as de carros elétricos - *electric vehicles*, os EV's (CHAVES; DIAS; CARDOSO, 2023).

Devido aos vários incentivos e pactos entre os países a fim de tornar a economia mais sustentável, espera-se que até 2030, mais de 60% de todos os automóveis vendidos nos EUA serão EV's (WAYLAND, 2022). Essa nova perspectiva de mercado causou valorização no metal e as principais empresas envolvidas na atividade nos últimos anos (DEMPSEY; BRYAN, 2023). Apesar de não haver as maiores reservas do minério no Brasil, e sua singela extração ser para fins básicos e convencionais, a mineração do metal tem potencial e sua singela participação na reserva mundial pode se valorizar gradualmente (CHAVES; DIAS; CARDOSO, 2023).

Então, em face da relação de comércio bilateral sino-brasileira apresentar lados positivos, o Brasil poderia aproveitar melhor suas vantagens comparativas e seus superávits comerciais ao combiná-los com uma agenda visando a adição de valor agregado em alguns bens primários, via indústrias brasileiras, incentivos tributários e investimentos que possam alocar os superávits comerciais da venda de *commodities* em projetos que possam alinhar as atividades agrícolas e minerais com indústrias e serviços complementares.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como principal objetivo, analisar a dinâmica comercial entre o Brasil e a China no período de 2011 a 2021, para que se enriqueça a discussão e o debate sobre a complexa questão da parceria comercial entre Brasil e China, uma relação que se intensificou nos últimos vinte anos, e vem sendo alvo de críticas ou louvores, dependendo do ponto de vista assumido.

Para isso, buscou-se primeiramente as teorias do comércio internacional, que ao longo da história do pensamento econômico, dedicaram-se à questão dos benefícios das trocas bilaterais entre diferentes países. Atentando-se aos principais pressupostos e conclusões de cada modelo, percebe-se que a corrente neoclássica veio aprimorando suas abordagens e metodologias e seu resultado sugere uma relação sempre benéfica para ambos os participantes do comércio internacional, baseado nas diferentes dotações dos países, que se completam via importações e exportações. O mercado atua alocando esses fatores, e o resultado é o bem-estar geral, já que nessa alocação e complementaridade de fatores, há mais bens disponíveis na economia.

Já teses contrárias, ou críticas, apontam limitações e equívocos nesses pressupostos, ou propõem outras abordagens mais atualizadas, já que boa parte do comércio é feito entre economias com fatores semelhantes. Mas no caso em que economias desenvolvidas e industrializadas comercializam com países subdesenvolvidos, cuja pauta exportadora se resume em bens de baixo valor agregado, as novas abordagens alertam sobre o risco de desindustrialização e a deterioração dos seus termos de troca, em vista que produtos manufaturados e industrializados, tendem a se valorizar em relação às *commodities*.

Tal situação pode ser comparada ao comércio entre o Brasil e a China entre 2011 e 2021: uma relação entre um país que hoje é a segunda maior economia do mundo, com taxas de crescimento, investimento, e emprego em níveis muito superiores ao seu parceiro, Brasil, que enfrentou recessões, altas taxas de inflação, que levaram a políticas monetárias contractionistas e perda de confiança do seu empresariado.

Ao analisar os fluxos de exportação e importação, descobriu-se que além da China, o Brasil mantém relações comerciais com os Estados Unidos, e outros países

desenvolvidos da Europa e Ásia, e manteve uma pauta exportadora concentrada em *commodities*, e em menor grau, produtos automotivos e até aéreos, enquanto ainda depende muito da importação de petróleo e peças de máquinas, automóveis e outras engenharias. Já o fluxo bilateral com a China mostra as exportações ainda mais concentradas, com quase metade do acumulado das exportações da década compostos por grãos de soja e minério de ferro.

Apesar disso, essas exportações foram tão numerosas que pagaram todas as importações chinesas, atingindo superávits de cerca de US\$ 170 bilhões nominais ao longo da década. Essas mercadorias são bastante diversificadas, mas as com maior representatividade foram peças, partes de equipamentos de telecomunicações, rádio, tv e semicondutores, produtos com alto valor agregado.

Dessas importações, percebeu-se um possível benefício, em vista que são peças, em grande parte, destinadas a montagem e fabricação de produtos eletrônicos brasileiros, quais são possibilitados por mecanismos econômicos que visam proteger e incentivar a indústria local. Essa prática gera empregos e encadeamentos na economia, e fomenta a parceria com empresas chinesas, evitando que as mesmas se tornem competidoras no mercado local. Já os fluxos de exportações são benéficos em questão de cobrir essas importações, mas seus frutos não foram tão visíveis no restante da economia, já que o investimento e emprego não acompanharam a tendência dos autos superávits comerciais.

Entre benefícios industriais e monetários, a parceria sino-brasileira também é rica e cheia de oportunidades nas perspectivas futuras, onde se busca um mundo sustentável e o conflito comercial entre China e Estados Unidos ameaça a cadeia de suprimentos, e parcerias podem ser valorizadas.

Com isso, incentivos locais e tributários como ocorrem na indústria de eletrônicos, formas rentáveis e fáceis de alocação de superávits para investimento, poderiam ser usados em projetos que visam o primeiro passo da transformação de *commodities*, como o refino do petróleo, a transformação da soja em óleos, biocombustíveis, alimentos e tratamento de minerais, como a fabricação de baterias, a fim de primeiramente, atender a demanda interna e complementar peças e partes CKD chineses. Na medida que os encadeamentos e emprego resultam em

crescimento econômico, novas agendas e regras de exportações mais competitivas poderiam ser viabilizadas.

O desafio para as empresas brasileiras se tornarem relevantes internacionalmente é muito maior devido as limitações macroeconômicas e políticas fiscais e monetárias do país, que muitas vezes tem como prioridade o combate à inflação. Mas algumas indústrias brasileiras, como as analisadas no presente estudo, têm muito a ganhar com a parceria chinesa, assim como os exportadores de bens naturais, especialmente em ciclos de valorização de *commodities*. Estudos futuros que focarem nas políticas que tangem a importação, buscando aprimorar seu mercado, o desenvolvimento das indústrias que nelas se apoiam e estratégias de agregação de valor, podem resultar na diversificação da economia brasileira, que poderá engajar indústrias e serviços, criando empregos e suprindo demandas domésticas. Ao passo que essas empresas ganham conhecimento, experiência e escala, a pauta de exportação brasileira poderá ser mais diversificada, com maior valor agregado.

REFERÊNCIAS

BAJARIN, T. PCs and notebook computers - the unsung heroes of the covid-19 pandemic. **Forbes**. 1 dez. 2020. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/timbajarin/2020/12/01/pcs-and-notebook-computersthe-unsung-heroes-of-the-covid-19-pandemic/?sh=44f69ca332cb>. Acesso em: 28 jan. 2023.

BARBOSA, A. F; MENDES, R. C. Economic relations between Brazil and China: a difficult partnership. **Friedrich Ebert-Stiftung – FES Brasil briefing paper**, São Paulo, jan. 2006.

CADELL, C. Hikvision, a surveillance powerhouse, walks U.S.-China tightrope. **Reuters**. Beijing, 28 ago. 2019. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-hikvision-china-insight-idUSKCN1VJ05C>. Acesso em: 28 jan. 2023.

CHAVES, M. L. S. C; DIAS, C, H; CARDOSO, D. K. R. Lítio. *In Recursos minerais de Minas Gerais online*. Belo Horizonte, Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE: 2018. Disponível em: <http://recursomineralmg.codemge.com.br/wp-content/uploads/2018/10/Litio.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2023.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA. 40 anos de relação diplomáticas entre Brasil e China: análises, depoimentos e expectativas sobre o futuro das relações bilaterais. **Carta Brasil-China**. Rio de Janeiro, ed. especial, jan. 2015.

COSTAS, R. Como se chegou à pior recessão desde os anos 90? **BBC Brasil**. São Paulo, 1 dez. 2015. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151201_pib_terceirotri2015_ru. Acesso em: 19 dez. 2022.

DE CONTI, B; BLIKSTAD, N. Impactos da economia chinesa sobre a brasileira no início do século XXI: o que querem que sejamos e o que queremos ser. **Texto de discussão: instituto de economia, UNICAMP**, Campinas, n. 292, abr. 2017.

DE FAVERI, D. B; DE RESENDE, M. C; CÁRIO, S. F. A. "primarização" da pauta exportadora e a questão da doença holandesa: análise dos impactos da crise financeira de 2008 sobre as exportações brasileiras. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 43, n. 3, set./dez. 2016.

DE HOLANDA, F. M. B. 40 anos das relações Brasil-China: de onde viemos, onde estamos, para onde vamos. In: LIMA, S. E. M. **Brasil e China: 40 anos de relações diplomáticas**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG, 2016. p.35-56.

DE LACERDA, A. C. et al. **Economia brasileira**. 4. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

DEMPSEY, H; BRYAN, K. How can investors ride the EV boom? **Financial Times**. fev. 2023. Disponível em: [How can investors ride the EV boom? | Financial Times \(ft.com\)](https://www.ft.com/content/2023-02-01/how-can-investors-ride-the-ev-boom). Acesso em: 19 dez. 2022.

FANG, C. T. TSMC founder Morris Chang says globalization 'almost dead'. **Nikkei Asia**. Phoenix, 22 dez. 2022. Disponível em: <https://asia.nikkei.com/Spotlight/Most-read-in-2022/TSMC-founder-Morris-Chang-says-globalization-almost-dead>. Acesso em: 15 jan. 2023.

FEIJÓ, C. A. et al. **Contabilidade social**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda., 2013.

FITZGERALD, D. U.S. Expands bans of chinese security cameras, network Equipment. **The Wall Street Journal**. 25 nov. 2022. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/u-s-expands-bans-of-chinese-security-cameras-network-equipment-11669407355>. Acesso em: 28 jan. 2023.

GAMBA, E; RIGHETTI S. Uso de vacina Coronavac no Brasil despenca para menos de 10%. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 dez. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/12/uso-de-vacina-coronavac-no-brasil-despenca-para-menos-de-10.shtml>. Acesso em: 10 dez. 2022.

GLUYAS, A. 'Gamechanger': China's reopening primes a new commodity boom. **Financial Review**. 13 jan. 2023. Disponível em: <https://www.afr.com/markets/commodities/china-s-reopening-a-game-changer-for-commodity-markets-20230112-p5cc13>. Acesso em: 28 jan. 2023.

GOVERNO FEDERAL. **Comex Stat**. Disponível em: [Comex Stat \(mdic.gov.br\)](https://comexstat.mdic.gov.br/). Acesso em 10 dez. 2022.

HUME, N; TERAZONO, E. Markets weigh prospect of new commodities supercycle. **The Financial Times**. 12 mai. 2021. Disponível em: <https://www.ft.com/content/f3650c8f-70a2-4f86-a648-9dc0b4434348>. Acesso em: 28 jan. 2023.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **IMF data**. Disponível em: <https://data.imf.org/?sk=388dfa60-1d26-4ade-b505-a05a558d9a42>. Acesso em: 3 nov. 2022.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **World economic outlook database**. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2022/April>. Acesso em: 3 nov. 2022.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO 4217: Currency codes**. Disponível em: <https://www.iso.org/iso-4217-currency-codes.html#:~:text=The%20first%20two%20letters%20of,and%20the%20D%20for%20dollar>. Acesso em: 20 nov. 2022.

KRUGMAN, P; WELLS, R. **Macroeconomia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda., 2015.

KRUGMAN, P. R; OBSTFELFD, M; MELITZ, M. J. **Economia internacional**. 10. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

MAGNUSSON, L. G. Mercantilism. In: SAMUELS, W. J; BIDDLE, J. E; DAVIS, J. B. **A companion to the history of economic thought**. Malden: Blackwell Publishing Ltd, 2003. p. 46-60.

MANKIWI, N. G. **Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.

MILLER, R. R. **Doing business in newly privatized markets: global opportunities and challenges**. Westport: Quorum Books, 2000.

MOREIRA, U. Teorias do comércio internacional: um debate sobre a relação entre crescimento econômico e inserção externa. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.32, n. 2, p. 213-228, abr./jun. 2012.

OEC – THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. **Harmonized System (HS) Products**. Disponível em: <https://oec.world/en>. Acesso em: 10 dez. 2022.

PEREIRA, L. C. B; JABBOUR, E; DE PAULA, L. F. O catching-up da Coreia do Sul e da China: uma análise novo-desenvolvimentista. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 264-284, abr./jun. 2020.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 7.174, de 12 maio de 2010**. Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União. Brasília, 12 mai. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7174.htm. Acesso em 28 jan. 2023.

RE, I.L. Brasil tem menor taxa de homicídios em dez anos, diz anuário. **CNN Brasil**. 28 jun. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil-tem-menor-taxa-de-homicidios-em-dez-anos-diz-anuario/>. Acesso em 28 jan. 2023.

REDAÇÃO ICL ECONOMIA. Queda do investimento em 3,5% indica pouca confiança na economia brasileira. **ICL Economia**. São Paulo, 2 jun. 2022. Disponível em: <https://icleconomia.com.br/queda-do-investimento-em-35-pouca-confianca/>. Acesso em 19 dez. 2022.

UOL, D. Importante no PIB, investimento despenca 14% em 2015, segundo ano de queda. **Uol Economia**. São Paulo, 3 mar. 2016. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2016/03/03/importante-no-pib-investimento-despenca-14-em-2015-segundo-ano-de-queda.htm#:~:text=Segundo%20o%20IBGE%2C%20o%20tombo%20dos%20investimentos%20se,indicadores%20mais%20importantes%20do%20PIB%20%28Produto%20Interno%20Bruto%29>. Acesso em 19 dez. 2022.

RICARDO, D. **On the principles of political economy and taxation**. 3. ed. Ontario: Batoche Books, 2001.

SILVA, J. A; LOURENÇO, A. L. C. Teorias do comércio internacional, estrutura produtiva e crescimento econômico. **Economia Ensaios**, Uberlândia, v. 32, n. 1, p. 159-188, jul./dez. 2017.

SISCOMEX – SISTEMA INTEGRADO DE COMÉRCIO EXTERIOR. **Sistema Harmonizado**. Disponível em: <https://www.gov.br/siscomex/pt-br/servicos/aprendendo-a-exportar/planejando-a-exportacao-1/sistema-harmonizado>. Acesso em 10 dez. 2022.

SMITH, A. **An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations**. Amsterdã: MetaLibri Digital Library, 2007.

SWART, J. **Comércio internacional e desenvolvimento econômico na obra de Prebisch**. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo, 2007.

THE ASSOCIATED PRESS. China Becomes World's No. 1 Exporter, Passing Germany. **The New York Times**. 10 jan. 2010. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2010/01/11/business/global/11chinatrade.html>. Acesso em: 20 nov. 2022.

THE ASSOCIATED PRESS. U.S. sanctions chinese computer makers in widening tech fight. **NBC News**. 9 abr. 2021. Disponível em: [U.S. sanctions Chinese computer makers in widening tech fight \(nbcnews.com\)](https://www.nbcnews.com/tech/usa/US-sanctions-Chinese-computer-makers-in-widening-tech-fight-nbcnews-com). Acesso em: 19 dez. 2022.

THE WALL STREET JOURNAL. **Bloomberg commodity index**. Disponível em: <https://www.wsj.com/market-data/quotes/index/XX/BCOM>. Acesso em: 28 jan. 2023.

THORSTENSEN, V. Brasil e China - De conflitos de interesses à busca de uma agenda comum. **Texto para discussão**. Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas - FGV EESP, v. 1, n. 303. nov. 2011.

TIROLI, C. F. **A competitividade da indústria brasileira face à ascensão chinesa: uma abordagem das relações sino-brasileiras**. 70p. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Economia e Relações Internacionais, 2014.

UOL, D. Importante no PIB, investimento despensa 14% em 2015, segundo ano de queda. **Uol Economia**. São Paulo, 3 mar. 2016. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2016/03/03/importante-no-pib-investimento-despenca-14-em-2015-segundo-ano-de-queda.htm#:~:text=Segundo%20o%20BGE%2C%20o%20tombo%20dos%20investi>

[mentos%20se,indicadores%20mais%20importantes%20do%20PIB%20%28Produto%20Interno%20Bruto%29](#). Acesso em 19 dez. 2022.

WAYLAND, M. Auto executives say more than half of U.S. car sales will be EVs by 2030, KPMG survey shows. **CNBC**. 30 nov. 2021. Disponível em: <https://www.cnbc.com/2021/11/30/auto-executives-say-more-than-half-of-us-car-sales-will-be-evs-by-2030-kpmg-survey-shows.html>. Acesso em: 09 fev. 2023.